

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
VINTE E OITO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**

--- Aos vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas nove horas e oito minutos, no Auditório da Escola Horácio Bento Gouveia – Estrada da Liberdade, nº 1, freguesia de São Pedro, sob a Presidência de José Luís Nunes (PPD/PSD), estando ainda presentes Roberto Paulo Ferreira Vieira (Independente) e Luísa Isabel Henriques Gouveia (CDS-PP), como Primeiro e Segunda Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente é constituída por vinte e seis membros:**

Alexandrina Liliana Marinho Alves (PPD/PSD), Alfredo Filipe Spínola Fernandes Correia (PPD/PSD), Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas Daniel (Independente – Não compareceu, mas justificou), Trindade Borges (PPD/PSD), Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos (PPD/PSD), Fabíola Maria de Sousa Pereira (CDS-PP), Francisco Ilídio Rebolo de Castro (PPD/PSD), Gonçalo Nuno Pimenta Camacho (CDS-PP), Jéssica José Ferreira Faria (PPD/PSD), João Paulo Pereira Marques (PPD/PSD), José Nélío Pinto Sousa (CDS-PP), Lara Raquel Oliveira Pinto (PPD/PSD), Luís Jorge Gonçalves de Freitas (PPD/PSD), Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe (PPD/PSD), Marco Aurélio da Mata Pereira (PPD/PSD), Maria Elena Rodrigues Pereira de Freitas (PPD/PSD), Maria Idalina Fernandes da Silva (PPD/PSD), Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa (PPD/PSD), Pedro José Jardim Gomes (PPD/PSD), Sílvia Marlene Pereira Rodrigues (PPD/PSD), Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues (PPD/PSD), Tiago Miguel Reis Ferreira de Freitas (PPD/PSD) e Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte (PPD/PSD). -----

--- **Grupo Municipal do PS é constituído por nove membros:** Alexia Maria Brazão Mendonça Diogo, Andreia Drumond Caetano, Catarina Isabel Nuna Mendes, Guido Marcelino Mendonça Gomes, João Duarte Mendonça Gouveia Brazão, José Juvenal Nunes

Rodrigues, José Manuel Domingos Sebastião, Manuel Pedro Calaça Vieira e Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano.-----

--- **Grupo Municipal do BE é constituído por três membros:** Egídio Paulo Caires Fernandes, Maria José Santos Gouveia e Paulo Sérgio Freitas Sousa (Não compareceu).

--- **Deputado Municipal Independente** – Joaquim José Batalha de Sousa.-----

--- **Deputado Municipal Único Representante do PDR** – José Rodolfo de Sousa Alves. -

--- **Deputado Municipal Único Representante do MPT** – Valter Freitas Rodrigues. -----

--- **Deputado Municipal Único Representante da CDU** – Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues.-----

--- Mais se verificou a presença da Senhora Presidente da Câmara, Maria Cristina Andrade Pedra Costa, do Senhor Vice-presidente da Câmara, Bruno Miguel Camacho Pereira, e dos Senhores (as) Vereadores (as) Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, João José Nascimento Rodrigues, Nádia Micaela Gomes Coelho, Helena Maria Pereira Leal, Vítor Hugo Rodrigues de Jesus, Ana Fernanda Osío Bracamonte, Micaela Gomes Camacho e Amílcar Xavier Caires Nunes.-----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão manifestando o seguinte: “Permitam-me que comece por agradecer à Escola Dr. Horácio Bento de Gouveia, conhecida por HBG, na pessoa do Senhor Presidente do Conselho Executivo, o Dr. Carlos Mendonça, e em si, toda a comunidade educativa, pela disponibilidade total, carinho e facilidades, ao receber aqui a Assembleia Municipal de Funchal, hoje realizada na Freguesia de São Pedro. -----

O meu e nosso muito obrigado. -----

26.  
P  
M

Quero também agradecer ao Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Engenheiro Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe, que com a sua equipa e seus fregueses, tudo fizeram para que esta Assembleia seja um sucesso e permanecer na história das nossas Assembleias Municipais, realizadas nas diferentes freguesias do grande e leal Concelho de Funchal. É com muita honra e satisfação que aqui estamos, numa freguesia com história. -----

São cerca de 7200 habitantes, segundo os censos 21 e tem um património rico, conhecido por todos nós. Permita-me que vos lembre de alguns deles, o Hospital Nélcio Mendonça, onde trabalhei cerca de 4 décadas, a Fortaleza do Pico, Convento de Santa Clara, Igreja de São Pedro, Paiol e muitos mais que enriquecem a vida da nossa cidade. -----

Atravessamos um período importante para a vida futura da nossa Região Autónoma da Madeira, em plena campanha eleitoral para as eleições legislativas regionais do próximo dia 23 de março de 2025. Apelo a todos os presentes e a todos os intervenientes diretos nas eleições, nomeadamente as diferentes forças políticas e seus candidatos, para que possam esclarecer os potenciais eleitores de todas as vossas propostas com seriedade, clareza e honestidade política, de modo que os resultados eleitorais possam ser reflexo da verdadeira vontade do povo. Aos eleitores, ou potenciais eleitores, peço-vos o vosso maior interesse pelo ato eleitoral informando-se das propostas e mobilizando as famílias para o exercício mais nobre da democracia, que é o voto e o seu poder. -----

Vamos todos mobilizar a população para que no dia 23 de março todos votem e tenhamos um resultado adequado às nossas expectativas. -----

Termino aqui com um apelo às melhores clínicas da saúde do Santo Padre Francisco, que é o símbolo da paz, compreensão e amor que todos nós necessitamos e ansiamos.” -----

--- De seguida deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, da**

**Coligação Funchal Sempre à Frente**, que começou por agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia e felicitá-lo pela iniciativa de descentralizar a Assembleia Municipal, aproximando-a das freguesias e da população, permitindo dar a conhecer o trabalho dos deputados municipais e expressou a sua gratidão pela escolha da freguesia de São Pedro, destacando a sua identidade cultural e patrimonial, evidente no número de museus e património existente.-----

Depois relatou a dificuldade inicial em escolher um local adequado para se realizar aquela sessão, dado que aquela Junta de Freguesia não dispõe de instalações apropriadas. Considerou realizar a Assembleia num museu, mas optou pela Escola Horácio Bento Gouveia, por ser um espaço adequado e por permitir envolver os jovens, futuros cidadãos ativos do Funchal.-----

Também agradeceu ao Conselho Executivo da Escola, na pessoa do Professor Carlos Mendonça, pela receptividade à iniciativa, bem como aos funcionários da Câmara pela adaptação do espaço.-----

Finalizou desejando que o ambiente de São Pedro contribua para um dia de trabalhos produtivos.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** deu início aos trabalhos dando conhecimento do seguinte expediente:-----

**1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO:**-----

**1.2. Luís Miguel Moura de Sousa**, Presidente da Junta de Freguesia da Sé, eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Luís Jorge Gonçalves de Freitas.-----

**1.3. Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo**, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo CDS-PP, comunicou a sua ausência sendo substituído por Maria Elena Rodrigues



Pereira de Freitas.-----

**1.4. Marco Paulo Teixeira Gonçalves**, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, eleito pela Coligação Sempre à Frente, indicado pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Alfredo Filipe Spínola Fernandes Correia.-----

**1.5. José Gabriel Pereira de Oliveira**, deputado municipal eleito pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituído, por José Manuel Domingos Sebastião.-----

**1.6. Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes**, deputada municipal eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída, na impossibilidade de Márcia Catarina Sousa Silva, de José António Faria Castanha, de Luana Brazão Fernandes e de José Júlio de Carvalho Gomes Curado por Catarina Isabel Nuna Mendes.-----

**1.7. Luísa Maria Soeiro Marinho Antunes Paolinelli**, deputada municipal eleita pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituída, por José Juvenal Nunes Rodrigues.-----

**1.8. Maria Isabel de Ponte Garcês**, deputado municipal eleito pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituído, por Alexia Maria Brazão Mendonça Diogo.-----

**1.9. Sérgio Juvenal de Jesus Abreu**, deputado municipal eleito pelo PS, comunicou a sua ausência sendo substituído, na impossibilidade de Cláudio Jardim de Castro e de Karina de Faria Pestana, por João Duarte Mendonça Gouveia Brazão.-----

**1.10. António Luís Abreu Figueirôa e Silva**, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, comunicou a sua ausência sendo substituído, por Daniel Trindade Borges.-----

**1.11. Bruno Miguel Velosa de Freitas Pimenta Macedo**, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, comunicou a sua ausência sendo substituído, na impossibilidade de Ana Maria Sousa de Freitas, de João Henrique Vital Jardim, de Cátia Filipa Fernandes Caroto Escórcio e de António Virgílio Fernandes Pimenta por Lara Raquel Oliveira Pinto.-----

**1.12. Daniel Freitas Meneses**, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, comunicou a sua ausência sendo substituído, na impossibilidade de Nuno Décio Fernandes Martins por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

**1.13. Marco António Nunes Dias**, deputado municipal eleito pela Coligação Funchal Sempre à Frente, comunicou a sua ausência sendo substituído, na impossibilidade de Ricardo Nuno Pestana Abreu, de José Maurício Nunes Gonçalves e de Rosa Sofia Pestana Camacho, por José Nélito Pinto Sousa. -----

**1.14. Raquel João Martins da Silva**, deputada municipal eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, comunicou a sua ausência sendo substituída, na impossibilidade de Bruno Lisandro França de Sousa e de Jorge Afonso Correia Pinto Pereira Freitas por Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa. -----

**1.15. Herlanda Maria Gouveia Amado**, deputada municipal eleita pela CDU, comunicou a sua ausência sendo substituída por Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues. -----

**1.16. Rubina Vanessa da Silva Rebelo**, eleita pelo PDR, comunicou a sua ausência sendo substituída, por José Rodolfo de Sousa Alves. -----

**1.17. Luís Filipe de Sá Vieira**, deputado municipal Independente, comunicou a sua ausência por motivos profissionais. -----

**1.18. Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas**, deputada municipal Independente, eleita pela Coligação Funchal Sempre à Frente, comunicou a sua ausência. -----

## **2. AUSÊNCIA DE VEREADORES (AS):** -----

**2.1. Cláudia Sofia Frazão Dias Ferreira**, Vereadora da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência, sendo substituída por Amílcar Xavier Caires Nunes. -----

**2.2. Rúben Dinarte Silva Abreu**, Vereador da Câmara Municipal do Funchal, comunicou a sua ausência. -----

## **3. CONVITES:** -----

**3.1. O Secretário Regional de Economia, Turismo e Cultura**, enviou um convite para assistir à apresentação pública da série documental "À Volta da Mesa - 2ª Temporada", que se realizou no dia 07/01/2025. -----

**3.2. O CCIF – Centro Cultural e de Investigação do Funchal**, enviou os seguintes convites:-----

- Assistir ao Concerto comentado, "All About Jazz History - uma viagem única pela história do jazz", pela Orquestra de Jazz do Funchal, que se realizou no dia 11/01/2025. -----
- Visita guiada por Liam Sharp, autor da exposição "ENCORE- the Art of Liam Sharp", que se realizou no dia 25/01/2025. -----

**3.3 A Presidente da Câmara Municipal do Funchal**, enviou os seguintes convites:-----

- Assistir ao Concerto inaugural do Fado Funchal 2025, "Maçã D'Adão", que se realizou no dia 16/01/2025. -----
- Participar na apresentação do Plano de Ação Climática Funchal 2030, que se realizou no dia 17/02/2025. -----
- Assistir à abertura da exposição "Memórias da Cidade – Freguesia de São Pedro", que se realizou no dia 18/02/2025. -----
- Participar no Ciclo de Conferências Funchal Climate Week, que se realizaram entre os dias 17 a 21/02/2025. -----
- Participar nas "I Jornadas Técnicas – Detecção Remota e Sig, Inovação Tecnológica para a Sustentabilidade Urbana e Ambiental", que se realizaram nos dias 24 e 25/02/2025. -----

**3.4. A Presidente do Conselho Municipal de Saúde e Bem-Estar da Câmara Municipal do Funchal, Vereadora Helena Leal**, enviou os seguintes convites:-----

- Assistir à apresentação formal do Projeto "Prevenção e Combate ao Estigma e

Discriminação de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo: uma abordagem em contexto escolar”, que se realizou no dia 24/01/2025. -----

- Participar na Ação de Sensibilização e Debate: Olhares sobre a Promoção de Contextos de Saúde e Bem-Estar, que se realizou no dia 05/02/2025. -----

**3.5. O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto das Florestas e Conservação da Natureza, IP-RAM**, enviou um convite para assistir às Comemorações do Dia do Corpo de Vigilantes da Natureza, que se realizou no dia 04/02/2025. -----

**3.6.A Presidente do Conselho Municipal de Juventude da Câmara Municipal do Funchal, Vereadora Helena Leal**, enviou um convite para participar na apresentação formal da Campanha de Sensibilização contra a Violência no namoro, que se realizou no dia 14/02/2025.-----

**3.7. A DRAMMEDIA Madeira**, enviou um convite para assistir à inauguração da Nova Geração de Mobiliário Urbano no Funchal, que se realizou no dia 18/02/2025. -----

**3.8. O Presidente da Direção da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal - Garouta do Calhau**, enviou um convite para participar na iniciativa “Partilha de Saberes: Viver e Cuidar com Alzheimer”, que se realizou no dia 19/02/2025. -----

**3.9. A Associação Exemplos Sábios**, em parceria com a Junta de Freguesia de Santa Luzia, enviou um convite para a apresentação oficial do Projeto + Perto, financiado pela Youth 4 Outermost Regions, que se realizou no dia 21/02/2025. -----

#### **4. PEDIDOS DE INTERVENÇÃO REENCAMINHADOS À CMF: -----**

##### **4.1. Da CDU: -----**

- Emergência social e habitacional – Graça Marta Vasconcelos Camacho. -----
- Problema habitacional – Maria Raquel de oliveira de Freitas. -----

##### **4.2. Do MPT: -----**

- Pedido de esclarecimento sobre a falta de condições no trajeto da Azinhaga da

Levada do Cavalo e do Beco da Barraqueira – Santo António. -----

**5. VOTAÇÃO DAS ATAS:**-----

**5.1. - Aprovada por maioria a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de seis de setembro de dois mil e vinte e quatro**, com trinta votos a favor, sendo vinte e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, seis votos do PS, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto do Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. Mereceu ainda cinco abstenções, três do PS, uma do BE e uma da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Alexandrina Liliana Marinho Alves, Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Francisco Ilídio Rebolo de Castro, Maria Idalina Fernandes da Silva e Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Egídio Paulo Caires Fernandes e Paulo Sérgio Freitas Sousa, do BE. -----

**5.2. Aprovada por maioria a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de onze de dezembro de dois mil e vinte e quatro**, com trinta e dois votos a favor, sendo vinte e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, seis votos do PS, um voto do BE, um voto do PDR, um voto do MPT, um voto da CDU e um voto do Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. Mereceu ainda três abstenções do PS. ---

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Alexandrina Liliana Marinho Alves, Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Francisco Ilídio Rebolo de Castro, Maria Idalina Fernandes da Silva e Tiago Filipe Teixeira Andrade Rodrigues, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Egídio Paulo Caires Fernandes e Paulo Sérgio Freitas Sousa, do BE. -----

**6. PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

--- Passando ao Período de Intervenção Aberto ao Público, o Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu a presença dos munícipes inscritos, destacando a importância da

sua participação e o interesse nas sessões. Referiu ainda, que os problemas apresentados pelos cidadãos são também preocupações da Assembleia, e informou que, de acordo com o artigo 36.º do Regimento, cada interveniente pode falar por um máximo de seis minutos na primeira intervenção e dois minutos na segunda intervenção. -----

Depois anunciou a inscrição dos seguintes munícipes:-----

--- **José Arlindo Gonçalves** – Pedido de esclarecimento sobre a inspeção à obra do prédio localizado à Rua Professor Virgílio Pereira, nº 12 – Monte, mas que desistiu da inscrição. -

--- **Bruna Machado** que abordou o Regulamento do Horário de Funcionamento do Mini Eco Bar, afirmando que, embora o estabelecimento vá cumprir a nova regulamentação aprovada pela Câmara, considera que o processo foi conduzido de forma injusta. E criticou a forma como a proposta foi apresentada ao público, alegando que os fundamentos de segurança e descanso dos moradores não correspondem à realidade, conforme demonstrado em queixas apresentadas ao Ministério Público e à Polícia Judiciária. -----

Denunciou a falta de consideração pelos direitos dos empresários na consulta pública, mencionando que apenas os interesses dos consumidores foram destacados nos relatórios, ignorando as contribuições da DECO e da ACIF, e acusou o Senhor Vereador João Rodrigues e a sua equipa de perseguição ao Mini Eco Bar nos últimos dois anos e meio, contabilizando mais de cento e sessenta contraordenações, incluindo uma recente multa de nove mil euros, que considerou injusta devido a um erro judicial relacionado com um prazo de recurso mal interpretado. -----

Relatou também que a esplanada do estabelecimento foi removida de forma abusiva pela Câmara Municipal em janeiro de dois mil e vinte e quatro, sem respeito pelos procedimentos legais e com a notificação sendo entregue de forma irregular. Apontou ainda que outro bar vizinho, sem licença, foi favorecido no processo.-----

Sobre o horário de funcionamento, contestou a decisão da Câmara, alegando que o



estabelecimento, há dezasseis anos, sempre teve licença até às quatro horas da manhã. - Depois questionou a interpretação da legislação sobre pistas de dança, destacando que cumprem os requisitos exigidos e que nunca operaram até às seis horas da manhã, como é permitido pelo regulamento anterior. -----

Finalizou criticando declarações da Senhora Presidente da Câmara na RTP Madeira sobre a falta de espaço no Mini Eco Bar, ironizando que até celas são menores do que o estabelecimento. -----

--- **Paulo Lima** também manifestou a sua insatisfação com o novo Regulamento do Horário de Funcionamento, considerando-o tendencioso e injusto, afetando diretamente o Mini Eco Bar, um espaço com dezasseis anos de história. E pelos seus trinta e dois anos de experiência na vida noturna e eventos, lamentou que o trabalho feito pela cidade, especialmente na vertente turística e cultural, esteja a ser prejudicado por interesses e favores. -----

Criticou a falta de igualdade na aplicação das regras e alertou futuros investidores sobre a instabilidade das normas, mencionando que um novo alojamento local pode levar ao encerramento de estabelecimentos já existentes. -----

Questionou ainda a estratégia da Senhora Presidente da Câmara para o turismo e a cultura, argumentando que o Funchal está a caminhar em contraciclo, numa altura em que recebe um crescente fluxo de turismo jovem, interessado não só nos eventos tradicionais, mas também na vida noturna e na experiência local. -----

Depois recordou que, em dois mil e cinco, o Funchal tinha a terceira melhor noite do País, mas que, com as recentes medidas, perdeu relevância. -----

Terminou a sua intervenção afirmando que o trabalho da atual Câmara tem sido tendencioso e incorreto, deixando clara a sua esperança de que haja mudanças nas próximas eleições. -----

--- **Marco Alvares Freitas** sobre o Regulamento de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos e Atividades Ruidosas, reconheceu o esforço do executivo municipal na sua elaboração e aprimoramento, após a fase de discussão pública e felicitou a Câmara pela coragem na regulamentação da vida noturna, considerando essencial equilibrar direitos individuais e coletivos, garantindo o respeito pelo descanso dos cidadãos.-----

Depois criticou a atual desordem e os abusos de alguns empresários e cidadãos, destacando a falta de fiscalização eficaz devido à escassez de efetivos da PSP. Por isso, defendeu a criação de uma zona específica para atividades noturnas ruidosas e considerou que, apesar de algumas injustiças potenciais no regulamento, o executivo mostrou sensibilidade ao prever mecanismos de ajuste, como os artigos 10.º e 14.º que permitem o alargamento de horários mediante determinados requisitos, e sublinhou a necessidade de criar uma Polícia Municipal para reforçar a fiscalização e garantir o cumprimento das normas, uma vez que a PSP prioriza outras funções devido à sobrecarga de trabalho. -----

Por fim, apelou ao setor empresarial para contribuir de forma construtiva, rejeitando a rebelião e a maledicência, defendendo que o futuro do Funchal deve ser construído com diálogo e visão coletiva, sem interesses individuais ou partidários. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção agradecendo os contributos apresentados e destacou que o debate demonstrou a essência da democracia num Estado de Direito. Salientou que todas as opiniões devem ser escutadas e analisadas, mas que cabe ao executivo, eleito democraticamente, tomar as decisões que considera mais adequadas para a gestão da cidade. -----

Depois esclareceu que o Regulamento de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos e Atividades Ruidosas tem um carácter genérico e abstrato, aplicando-se a todo o concelho. No entanto, reforçou que o executivo foi além do exigido pela lei ao promover audições a todas as entidades envolvidas, incluindo empresários e moradores, tendo recebido cento e



trinta e três participações públicas, das quais apenas 8% eram de empresários e que muitas das sugestões apresentadas foram incorporadas no documento final, demonstrando a abertura ao diálogo e a preocupação em encontrar um equilíbrio entre o direito ao descanso dos moradores e a importância da economia local.-----

Reconheceu também, que a implementação do regulamento não será isenta de desafios e afirmou que, com o tempo, poderão ser identificadas novas situações que justifiquem ajustes, no entanto, sublinhou que a decisão tomada reflete a solução política mais adequada no momento atual.-----

Rejeitou ainda os ataques pessoais ao executivo, afirmando que aquele governa em nome dos funchalenses que os elegeram democraticamente.-----

Reiterou também que a Câmara respeita as decisões judiciais, mesmo quando aquelas não lhes são favoráveis, e apelou a que eventuais denúncias de ilegalidade sejam encaminhadas para as instâncias competentes.-----

Por fim, defendeu a criação de uma Polícia Municipal no Funchal, mas com um modelo específico, inspirado no de Lisboa e Porto, porque a Câmara não pretende uma força policial apenas administrativa, mas sim composta por agentes formados na Escola Pública de Polícias, com poderes mais abrangentes na fiscalização e regulamentação da cidade. -

Encerrando a sua intervenção, reforçou a importância da democracia e do debate público, reconhecendo que nenhum sistema é perfeito, mas que aquele é o mais justo e equilibrado para a gestão da cidade.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** destacou a importância do momento democrático vivido na sessão, ressaltando que a Assembleia Municipal do Funchal é um espaço onde os munícipes apresentam preocupações e a vereação esclarece. E enfatizou que esse processo transparente e participativo demonstra que a democracia está bem presente e deve ser reconhecida pela comunidade.-----

--- **A Muni pe Bruna Machado** voltou a intervir, concordando com a Senhora Presidente da Câmara sobre a inadequação de ataques pessoais, mas trouxe à tona uma situação que considerou grave, ocorrida numa reunião na Câmara Municipal, em janeiro de dois mil e vinte e quatro, em que durante uma conversa com o Senhor Vereador João Rodrigues e o anterior Presidente da Câmara, Pedro Calado, o Senhor Vereador João Rodrigues os chamou de "autistas". Por isso, expressou a sua indignação com a ofensa, mencionando o impacto emocional de tal comentário, especialmente para famílias com crianças autistas, dado o desconhecimento sobre a condição.-----

Depois voltou a destacar problemas relacionados ao tratamento dado ao Mini Eco Bar, como a instalação de holofotes potentes e câmaras voltadas para o estabelecimento,  l m das chamadas constantes   polícia, sob a alegação de ruído, feitas pela Diretora do Hotel Barceló, que segundo a mesma, aquelas denúncias de ruído são infundadas, e que a Diretora Rita Quintino não tomou nenhuma providência, incluindo no que diz respeito à conduta do Senhor Vereador João Rodrigues.-----

#### -----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

#### **- INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre   Frente**, expressou a sua preocupação com uma notícia que trouxe à Câmara do Funchal a ameaça de penhora de um milhão de euros às suas contas bancárias, o que classificou como um momento triste para a história da cidade. Destacou que, apesar das diferentes visões políticas entre os partidos representados na Assembleia Municipal, a gestão financeira irresponsável da cidade nos últimos anos ultrapassa as divergências ideológicas.-----

Depois criticou vigorosamente a gestão do Partido Socialista entre dois mil e treze e dois mil e vinte e um, acusando-a de acumular e ocultar d vidas, o que agora resulta em quase



duzentos e quarenta processos de execução fiscal no valor de vinte e sete milhões de euros. Segundo o mesmo, enquanto o anterior executivo escondia as dívidas, fazia parecer que a dívida estava a ser reduzida, chegando a hipotecar bens públicos como o Quartel dos Bombeiros e o edifício do Tribunal Judicial do Funchal como garantias em processos fiscais, pelo que considerou que aquela gestão irresponsável e vaidosa, afetou gravemente as finanças da cidade. -----

Embora tenha responsabilizado o Partido Socialista por essa situação, afirmou que é a Coligação Funchal Sempre à Frente que agora tem a responsabilidade de resolver o problema e listou os vários problemas deixados pela gestão anterior, como a ETAR parada, a Frente MarFunchal à beira da falência e a ausência de orçamento aprovado por dois anos consecutivos. No entanto, a atual vereação, tem lidado com os problemas de forma responsável, mantendo os processos em andamento e buscando soluções como o acordo com a empresa ARM – Águas e Resíduos da Madeira, que ajudou a estancar o problema financeiro. -----

Concluiu dizendo que a diferença entre a gestão responsável e a gestão incompetente é clara, e reafirmou o compromisso da Coligação Funchal Sempre à Frente em resolver os problemas deixados pela gestão anterior, adotando uma postura séria e competente para garantir o futuro da cidade e o cumprimento das obrigações financeiras. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, começou por criticar veementemente a gestão do atual executivo camarário do Funchal, acusando-o de várias mentiras e contradições ao longo dos últimos anos, especialmente no que diz respeito à dívida com a ARM – Águas e Resíduos da Madeira. E enfatizou que, apesar de já se estar em dois mil e vinte e cinco, o executivo continua a agir como se estivesse em dois mil e vinte e um e sem assumir as responsabilidades pelos problemas financeiros do Município. -----

Uma das principais acusações recai sobre as declarações feitas em novembro de dois mil e vinte e um, pelo então Presidente da Câmara, Pedro Calado, que garantiu ter resolvido a dívida da Câmara com a ARM através de um acordo. No entanto, essa afirmação revelou-se falsa, já que, ao longo dos meses seguintes, a dívida continuou a crescer. Em abril de dois mil e vinte e dois, o executivo mencionou uma “dívida oculta”, cujos valores foram variando entre trinta e três e cinquenta milhões de euros, apesar de Pedro Calado já conhecer a situação previamente, uma vez que, enquanto Vice-presidente do Governo Regional, ele próprio tutelava a Administração Tributária que executou penhoras contra a Câmara.-----

Além disso, a gestão da dívida foi errática: o executivo afirmou várias vezes estar a pagar à ARM, mas os pagamentos não foram efetuados em dois mil e vinte e um nem ao longo de dois mil e vinte e dois, o que levou ao agravamento da situação. Somente em dezembro de dois mil e vinte e dois, foi finalmente assinado um acordo, ou seja, catorze meses após ter dito na Assembleia Municipal já ter um entendimento, e mesmo após esse acordo, a dívida anterior não foi paga, o que prejudicou as finanças do Município.-----

Outro ponto de crítica refere-se a uma publicação da Câmara que afirmava ter resolvido todas as pendências com a ARM, incluindo as execuções fiscais. No entanto, isso é contestado, pois as penhoras continuam a recair sobre o Município e acusou a atual Senhora Presidente da Câmara, Cristina Pedra, de inação, permitindo que a situação financeira se deteriorasse e resultasse no aumento do custo da água para os funchalenses. Além disso, responsabilizou o executivo por não evitar as penhoras e por deixar perder vinte e três milhões de euros em financiamento do PRR por não cumprir os prazos.-----

Conclui criticando a atual gestão por estar a prejudicar as finanças municipais de forma deliberada e que a falta de ação e transparência está a ter um impacto negativo para os municípios.-----

P  
M  
66.

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, começou por acusar a Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano e o Senhor Vereador Miguel Silva Gouveia de mentirem aos funchalenses sobre a dívida da Câmara com a ARM, porque ocultaram a dívida com faturas que não foram devidamente contabilizadas. -----

Depois desafiou Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano a esclarecer se o Revisor Oficial de Contas indicou que essas faturas não foram registadas pelo executivo anterior, e questionou se essa omissão foi um ato lícito ou ilícito. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, respondeu às acusações, afirmando que aquele, enquanto deputado municipal na altura, tinha conhecimento da situação, pois participou na aprovação das contas e recebeu todos os documentos. -----

Depois negou que tenha havido ocultação de faturas, explicando que sempre se soube que havia uma parte da dívida reconhecida e outra que não era assumida pela Câmara e acrescentou que, inicialmente, a ARM não queria separar as faturas, mas depois o fez, garantindo transparência no processo. Além disso, destacou que Pedro Calado, então Vice-presidente do Governo Regional, conhecia bem toda a situação. -----

Por último, acusou o Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta de tentar enganar os funchalenses ao insistir na narrativa de uma dívida oculta.-----

**- INTERVENÇÃO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, MPT**, iniciou a sua intervenção agradecendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e mencionou problemas de mobilidade e estacionamento na freguesia, bem como a presença de uma floreira na Rua Dr. Lemos Gomes, cuja colocação considera questionável.-----

Sobre o debate da dívida da Câmara com a ARM, destacou que a questão não é recente, referindo que já em dois mil e dez havia uma dívida não paga que desencadeou a situação atual. E recordou que, quando o Dr. Pedro Calado era Presidente da Câmara, garantiu ter um acordo com a ARM e agora, em dois mil e vinte e cinco, questionou a atual Presidente da Câmara, Dra. Cristina Pedra, sobre os acordos feitos. -----

Defendeu também que Miguel Silva Gouveia, enquanto Presidente da Câmara, esteve sempre presente para os funchalenses, contudo reforçou que as dívidas precisam ser pagas e que o essencial é garantir que a água dos cidadãos não seja cortada. -----

Abordou ainda a crise da habitação no Funchal, lamentando a perda de mais milhões de euros que poderiam ter sido investidos na construção de habitação. No final, apelou para que a dívida seja liquidada, destacando que é preciso olhar para o futuro e não ficar preso ao passado, pois aquele pode hipotecar o desenvolvimento do Município. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** esclareceu a situação da dívida com a ARM, afirmando que entre dois mil e treze e dois mil e vinte e um as vereações lideradas pela Coligação Mudança e Confiança não pagaram a totalidade das faturas da empresa, contestando a atualização do tarifário e salientou que aquela contestação judicial era legítima, mas ressaltou que a não contabilização de parte das faturas criou problemas financeiros, levando à ação executiva da ARM para cobrança da dívida. -----

Segundo o mesmo, em dois mil e vinte dois, o atual executivo fez um acordo para pagar integralmente as faturas futuras, mas as dívidas acumuladas entre dois mil e treze e dois mil e vinte e um continuam a gerar juros, que no ano passado representaram três virgula cinco milhões de euros. Logo, com o Supremo Tribunal Administrativo a confirmar a necessidade de pagamento, a Câmara precisa agora de gerir um passivo significativo. ----

Alertou que há cerca de vinte e cinco milhões de euros em ações executivas e que, caso o pagamento seja exigido em quinze dias, será necessário preparar soluções para evitar



colapsos financeiros. Salientou ainda que, ao serem notificados pela Autoridade Tributária, conseguiram liquidar um milhão de euros em quarenta e oito horas para garantir a certidão de não dívida e evitar a paralisação da Câmara, que poderia comprometer projetos europeus e outros financiamentos.-----

Por fim, reforçou a necessidade de os funchalenses compreenderem que os problemas atuais resultam de decisões do passado e que o executivo está a tomar medidas para garantir a estabilidade financeira do município.-----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE,** pediu esclarecimentos ao Senhor Vice-presidente da Câmara sobre as afirmações feitas em relação à dívida com a ARM e a gestão financeira do Funchal.-----

Depois confrontou-o com documentos que recebeu, indicando que, ao contrário do que foi afirmado, houve pagamentos efetuados à ARM em períodos anteriores, tais como:-----

- Dezasseis de fevereiro de dois mil e nove, ainda sob a gestão do PSD, e trinta de agosto de dois mil e treze, envolvendo a IGA e a Valor Ambiente, vinte e oito de outubro de dois mil e dezasseis, durante a gestão da Coligação Mudança e posteriormente da Coligação Confiança.-----

Segundo o mesmo, esses acordos estipulavam pagamentos em tranches e demonstram que, entre dois mil e treze e dois mil e vinte e um, a gestão da Coligação Mudança e Confiança assumiu o pagamento de uma dívida no valor de trinta e sete virgula setenta e seis milhões de euros deixada da gestão anterior de Miguel Albuquerque.-----

Perante aqueles dados voltou a questionar o Senhor Vice-presidente da Câmara, se confirma ou não a existência desses pagamentos.-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** respondeu ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes, destacando uma distinção fundamental entre os diferentes tipos de

dívida da Câmara Municipal do Funchal, reconhecendo que pode haver dívidas reconhecidas e aprovadas, sem que isso represente um obstáculo para a tesouraria da autarquia, como aconteceu com compromissos perante a Segurança Social ou a Fazenda. No entanto, argumentou que a situação da dívida com a ARM era diferente por dois motivos principais:-----

- A dívida não estava contabilizada, o que faz uma grande diferença na forma como a situação foi gerida e na capacidade da Câmara para negociar pagamentos. -----

- A partir do momento em que a dívida foi encaminhada para a Autoridade Tributária, deixou de haver margem para negociação direta com o credor (ARM), passando a ser regida por regras mais rígidas, incluindo a necessidade de apresentar garantias no valor da dívida, apontou que essa situação coloca a Câmara numa posição delicada, já que para cobrir uma dívida de vinte e cinco milhões de euros, seria necessário entregar um imóvel como garantia. E ironizou a situação ao perguntar ao Senhor Deputado Municipal Egídio Fernandes qual o imóvel que deveria ser utilizado para esse fim, o Quartel dos Bombeiros ou o Palácio da Justiça.-----

Criticou ainda a gestão da Coligação Confiança, dizendo que aquela tentou entregar imóveis de uso público como garantia, algo que é ilegal e que, por esse motivo, não foi aceite e que foi até ridicularizada a nível nacional.-----

Por fim, concluiu que a grande diferença entre a gestão anterior e a atual reside no facto de que uma dívida reconhecida permite negociação e um pagamento faseado, enquanto uma dívida não contabilizada, ao ser executada pela Autoridade Tributária, impõe regras rígidas que dificultam a sua resolução.-----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** ao intervir, começou por parabenizar o Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, afirmando que ele tinha exposto os factos de forma rigorosa e até melhor do que ela mesma o faria. Reforçou que tanto os dirigentes,

P  
M  
26.

técnicos da Câmara, como o executivo municipal estão preparados para comprovar todas as afirmações feitas, garantindo total transparência. -----

Sobre a alegação de dívida oculta sustentou que houve dívida oculta na gestão anterior, explicando que aquela prática consistiu em não contabilizar parte das faturas, utilizando o seguinte método: -----

- Chegava uma fatura da ARM, reconheciam e contabilizavam apenas uma parte, correspondente ao valor que consideravam justo. -----
- Provisionavam 40% do restante valor, mas sem o contabilizar integralmente. Os 60% restantes simplesmente não eram reconhecidos nas contas, nem como provisão, nem como passivo. -----

Depois ilustrou a situação com um exemplo simples: Se uma pessoa recebe uma fatura de cem euros pelo uso do telemóvel, mas decide que só quer pagar quarente euros, o problema não desaparece, apenas fica "escondido". -----

De seguida colocou duas questões concretas ao anterior executivo:-----

- Por que motivo não devolveram as faturas? -----
- Por que razão não fizeram como o atual executivo e pagaram a totalidade das faturas?--

Posteriormente explicou as medidas adotadas pela sua gestão para corrigir a situação:----

- Tomaram posse em outubro de dois mil e vinte e um e em dezembro de dois mil e vinte e dois, celebraram um acordo com a ARM. -----
- Esse acordo não implicou desistir da ação judicial contra a ARM sobre o tarifário, ou seja, a Câmara manteve o direito de contestar os valores cobrados. -----

Disse ainda que os Advogados contratados pelo anterior executivo da Coligação Confiança alertaram o novo executivo da seguinte fragilidade no processo: *A partir de dois mil e dezassete, a Coligação Confiança não interpôs mais nenhuma ação contra os tarifários da ARM, o que deixava a Câmara numa posição vulnerável.* -----

Em resposta, o novo executivo impugnou judicialmente os tarifários desde dois mil e dezassete até ao presente, garantindo que o processo permanecesse em aberto até uma decisão final. E salientou que, desde dezembro de dois mil e vinte e dois, todas as faturas passaram a ser pagas integralmente, eliminando novas ações executivas no atual mandato. Reiterou também que o anterior executivo apresentava contas à Assembleia Municipal sem relevar o passivo real com a ARM, visto que 60% das dívidas não estavam contabilizadas. Quanto ao impacto financeiro da dívida acumulada disse que os juros da dívida gerada pelo mandato anterior representam três virgula cinco milhões de euros por ano, e que esse valor continua a crescer anualmente, penalizando as contas municipais. -----

Concluiu que, caso a Coligação Confiança ainda estivesse no poder, a cidade do Funchal estaria com o orçamento completamente hipotecado, pois a herança da sua gestão já atingia cinquenta e três milhões de euros de dívida. -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

**--- A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS,** questionou à Senhora Presidente da Câmara se as faturas de novembro e dezembro de dois mil e vinte e um e de janeiro a dezembro de dois mil e vinte e dois foram pagas.-----

**--- A Senhora Presidente da Câmara** começou por explicar que a alteração nos procedimentos contabilísticos foi feita de acordo com as normas legais e harmonizadas pela União Europeia e sublinhou que, ao firmar o acordo com a ARM em dezembro de dois mil e vinte e dois, a Câmara passou a pagar integralmente as faturas, incluindo a do próprio mês do acordo.-----

Em relação ao passivo da ARM, referiu que, em outubro de dois mil e vinte e dois, a auditoria intercalar, realizada por uma empresa internacionalmente reconhecida e com a colaboração do Revisor Oficial de Contas, apontou que o passivo era de trinta e nove milhões de euros, muito superior aos doze milhões de euros inicialmente reconhecidos pelo



anterior executivo.-----

Também reforçou que, desde a assinatura do acordo e com a base legal estabelecida, não houve novas execuções ou juros adicionais relativos à gestão do atual executivo, destacando que os números flutuaram sempre para cima, mas agora, com a base legal, os pagamentos estão sendo feitos corretamente, sem gerar novas dívidas ou custos adicionais.-----

**- INTERVENÇÃO:-----**

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, afirmou que a responsabilidade do atual executivo deve ser assumida, destacando que o acordo com a ARM só foi feito em dezembro de dois mil e vinte e dois e que, durante o período anterior, não foram pagas as faturas. Comparou isso à gestão do executivo liderado pelo PS, que, ao assumir a Câmara Municipal do Funchal, logo na primeira Assembleia Municipal, tomou medidas para pagar as dívidas deixadas à IGA e à Valor Ambiente (atualmente ARM), sem deixar o problema se arrastar por mais anos.-----

Lembrou ainda que, ao contrário do atual executivo, que, segundo a mesma, continua a adiar responsabilidades e culpando os mandatos anteriores, o PS assumiu e pagou as dívidas de cerca de cem milhões de euros, sem prejudicar os funchalenses e destacou que o atual executivo tem a responsabilidade de resolver a situação da dívida de acordo com o seu mandato, que começou com a presidência da Dra. Cristina Pedra, em dois mil e vinte e quatro, não podendo se eximir dessa responsabilidade.-----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, insistiu em uma questão objetiva, solicitando à Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano uma resposta clara sobre dois pontos:-----

1. Se reconhece ou não que houve ocultação de dívida no Município do Funchal.-----

2. Se reconhece ou não que o Revisor Oficial de Contas, o mesmo contratado pela gestão anterior, inseriu como uma reserva as faturas não contabilizadas, que somavam trinta e dois milhões de euros. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, reafirmou que não existiu dívida oculta na Câmara Municipal do Funchal, que as faturas estavam todas devidamente contabilizadas e que o processo em Tribunal visava contestar essa alegação de dívida oculta, e insistiu que tudo foi tratado de forma transparente. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Marco Aurélio da Mata Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, apresentou o seguinte **Voto de Congratulação à Câmara Municipal do Funchal pela apresentação do PAC – Plano de Ação Climática 2030**: “A Câmara Municipal do Funchal apresentou, este mês, o *PAC - Plano de Ação Climática 2030*. -----

Trata-se do início do processo que permitirá ao Funchal dispor, dentro de um ano e meio, de um documento estratégico que norteará a ação da autarquia no que às alterações climáticas diz respeito. -----

O *PAC 2030* será um diagnóstico territorial, mas também uma estratégia que contemplará um conjunto integrado de medidas e de ações de mitigação/descarbonização e de adaptação às alterações climáticas. -----

Este trabalho será estruturado com os diversos stakeholders, que farão parte do Plano, e que permitirão a realização de um diagnóstico real e alargado da realidade do Funchal, de modo a que a cidade continue a fortalecer-se e esteja cada vez mais preparada e resiliente aos efeitos das alterações climáticas. -----

Apesar do PAC decorrer da legislação nacional, na RAM, e mesmo no país, consubstancia-se como um documento pioneiro. Na Madeira, o Funchal será o primeiro município a tê-lo e, considerando Portugal no seu todo, só cerca de 30 autarquias já dispõem deste

66.  
P  
Jm

documento orientador. -----

O *PAC 2030* será, ainda, submetido, numa fase posterior, a Reunião de Câmara e, depois, à Assembleia Municipal, mas é certo, no presente, o compromisso inequívoco da autarquia com o ambiente e com a adaptação do concelho às alterações climáticas. -----

Tendo, este Executivo, a responsabilidade de promover políticas ambientais capazes de mudar comportamentos, práticas e de incentivar iniciativas que visam não só mitigar os efeitos das alterações climáticas, mas também promover um desenvolvimento mais sustentável, há que reconhecer o papel da Câmara Municipal do Funchal, conforme regimentalmente possível, através deste voto de congratulação, no que ao compromisso com o ambiente diz respeito, devidamente explanado no lançamento do *PAC - Plano de Ação Climática 2030*." -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, questionou se as políticas adotadas pelo Município permitem a construção na Praia Formosa nos níveis e cota atuais em relação ao mar, e como isso se relaciona com as diretrizes do *PAC*. ----- Acrescentou que não é contra o *PAC*, mas quer esclarecimentos sobre a compatibilidade entre as políticas municipais e as orientações do plano. -----

--- **A Senhora Vereadora Nádia Micaela Gomes Coelho** informou que a Proposta do Plano de Ação Climática 2030 (*PAC*), será levada à reunião de Câmara, estará disponível para consulta pública e será discutida na Assembleia Municipal.-----

Destacou que o Plano inclui vários documentos e instrumentos estratégicos, tanto regionais quanto nacionais, e também a Estratégia Municipal para as Alterações Climáticas, portanto, não trará grandes novidades em termos de diagnóstico.-----

Mencionou ainda que houve a oportunidade de assistir à apresentação do Plano, tirar dúvidas e que ele estará disponível para consulta, permitindo a contribuição pública para o

aprimorar.-----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** esclareceu que o que está previsto para a zona da Praia Formosa segue o que está definido no Plano Diretor Municipal do Funchal, aprovado em dois mil e dezoito, e que as regras da Unidade de Execução para aquele local foram cumpridas com um estudo mais detalhado, que resultou no desenvolvimento dessa unidade.-----

Informou que não há aumento na área de construção além do que já estava previsto. As zonas verdes, que foram concretizadas na Unidade de Execução, serão áreas de lazer para os munícipes e passarão para o domínio público da autarquia, sem custos.-----

Mencionou também que as infraestruturas necessárias para o projeto, incluindo um parque de 38.000 m<sup>2</sup> (maior que o Parque de Santa Catarina), custarão mais de oito milhões de euros e que o contrato de urbanização entre a autarquia e os privados também prevê a construção de estacionamento rotativos com seiscentos lugares, com tarifário compatível com os parques municipais, novos acessos à praia e a obrigatoriedade de consolidar as escarpas envolventes, tudo às custas dos promotores.-----

Quanto à capacidade construtiva, está definida no Plano Diretor Municipal de dois mil e dezoito, com um índice de um virgula sete e um limite de nove pisos de habitação.-----

Concluiu que, se a intenção fosse manter a área totalmente como zona verde, essa teria sido uma boa oportunidade no momento da aprovação do Plano da altura.-----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, reformulou a sua questão, expressando que a explicação do Senhor Vereador João Rodrigues já foi ouvida várias vezes e não traz novas informações.-----

Por isso, trouxe à tona uma preocupação específica em relação ao Plano de Ação Climática, destacando as previsões de especialistas sobre as alterações climáticas e a

26.  
D  
Dn

subida do nível do mar, focando em como o empreendimento na Praia Formosa, situado a uma cota ligeiramente acima do mar, se relaciona com os riscos potenciais da subida do nível do mar e como esses riscos são levados em conta no planeamento do projeto. -----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** respondeu, afirmando que, quando foi desenvolvida a Unidade de Execução, todos os riscos relacionados com a subida do nível do mar e outras questões ambientais foram ponderados e estudados. O próprio Plano Diretor já prevê essas situações para a zona em questão e todas as condições, incluindo o risco de galgamento do mar e das linhas de água, estão identificadas e reguladas. Por isso, sugeriu que consultem o Plano Diretor para verificar essas regras. Também destacou que, na Unidade de Execução, a implantação das construções ocorre a partir das caves, a uma cota de cinco metros acima do nível do mar.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Voto de Congratulação à Câmara Municipal do Funchal pela apresentação do PAC – Plano de Ação Climática 2030, apresentado pela Coligação Funchal Sempre à Frente**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e sete votos a favor, sendo vinte e três votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Maria Idalina Fernandes da Silva e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Paulo Sérgio Freitas Sousa, do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente.-----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, declarou que votam a favor de tudo o que está relacionado com as alterações climáticas. No entanto, lamentou e não compreendeu o facto de se apresentar um voto de congratulação antes de

o assunto ser levado à devida reunião para discussão. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, MPT**, declarou que o Partido da Terra sempre defendeu o acompanhamento de questões ambientais e das alterações climáticas. Expressou ainda a intenção de analisar melhor o Plano e verificar possíveis melhorias.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, apresentou o **Voto de Congratulação aos trabalhadores da SocioHabitaFunchal pelos 20 anos da empresa**: “A SocioHabitaFunchal, E.M. celebra, este ano, o seu 20º aniversário. -----

Com uma história ligada à garantia do acesso à habitação condigna, a SocioHabitaFunchal tem incutido, no seu dia a dia, uma visão humanista e multifacetada para melhor servir os munícipes que a esta entidade acorre. -----

Promover o acesso à habitação, melhorar a qualidade de vida dos seus utentes, mas também garantir um acompanhamento social adequado têm sido os pilares desta empresa municipal, inteiramente reforçados pelas suas equipas.-----

O capital humano é o bem mais valioso de qualquer entidade e estas duas décadas de história fazem-se do empenho, do profissionalismo, da inovação e da entrega de cada um dos seus 70 trabalhadores. -----

A SocioHabitaFunchal é mais do que uma mera empresa municipal que atribui habitações. É, hoje, uma entidade de referência, sobretudo pela sua estratégia de intervenção social, pela proximidade, pelas iniciativas que desenvolve junto dos seus utentes e inquilinos. ----

Além do parque habitacional de que dispõe e que gere, importa lembrar os centros comunitários existentes, a oficina solidária, a loja social e outras estruturas de apoio que, diariamente, laboram para melhorar a vida dos munícipes, das 1300 famílias inquilinas e para lhes proporcionar outras oportunidades pessoais, sociais e de formação. -----

LG.  
D  
M

É, pelo exposto, de elementar importância, na pessoa da sua administradora, Dra. Graça Correia, agradecer e reconhecer o empenho de cada um dos seus trabalhadores e colaboradores que, nas mais diversas áreas, fizeram e continuam a fazer a história da SocioHabitaFunchal nestes 20 anos. -----

Nos termos regimentais, o Grupo Municipal Funchal Sempre à Frente, através da Assembleia Municipal do Funchal, congratula a SocioHabitaFunchal pelo seu 20.º aniversário."-----

--- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS,** disse que aquele Voto de Congratulação representa um justo reconhecimento ao empenho, dedicação e profissionalismo dos trabalhadores da SocioHabitaFunchal ao longo dos últimos vinte anos, sendo esses trabalhadores o verdadeiro pilar da instituição, assegurando o acesso à habitação condigna e prestando um acompanhamento essencial a milhares de famílias no Funchal. No entanto, chamou a atenção para as dificuldades enfrentadas por aqueles profissionais, sublinhando que, apesar da sua entrega e competência, muitas vezes veem o seu trabalho limitado pela ineficácia e falta de visão do executivo municipal, porque considera que o esforço diário dos trabalhadores poderia ter um impacto ainda maior, se houvesse uma gestão capaz de lhes fornecer os meios e o apoio necessários para responder de forma mais eficaz às necessidades da população.---  
Referiu ainda que há mais de duas mil famílias à espera de uma habitação há vários anos, o que evidencia a urgência de uma política habitacional mais eficiente e defendeu que a cidade e os municípios merecem menos burocracia e mais soluções concretas.-----

Concluiu, reforçando que aquele Voto de Congratulação deve não só homenagear os trabalhadores da SocioHabitaFunchal pelo seu compromisso inabalável, mas também servir como um lembrete de que ainda há muito por fazer e enfatizou que as falhas que

persistem não são responsabilidade dos trabalhadores, mas sim de quem deveria apoiá-los e não o faz. -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, questionou a Senhora Deputada Municipal Tânia Caetano sobre a sua referência à necessidade de uma liderança eficiente, se considera que a administração nomeada pelo seu partido (PS), que esteve em licença sem vencimento, possuía as qualidades que agora exige da atual administração. Sugeriu que seria interessante conhecer a sua opinião sobre a chamada licença “*sambática*”, numa aparente crítica à gestão anterior e à coerência das exigências feitas ao executivo atual. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS**, respondeu que a principal preocupação dos funchalenses é saber quantas habitações foram ou serão construídas com o orçamento do atual executivo, que foi zero, destacando que todas as habitações em construção estão a ser financiadas pelo programa 1.º Direito e pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), um tema que ainda será debatido ao longo daquela sessão. -----

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** sugerindo que houve uma alteração na perspetiva da Senhora Deputada Municipal Tânia Caetano sobre a gestão da habitação social no Funchal, disse que não foi o atual executivo que abandonou a habitação social, mas sim aquele que amparou as mil e trezentas famílias inquilinas geridas pela SocioHabitaFunchal. Realçou ainda que foi realizada uma reabilitação global, interna e externa, que, no atual mandato, já soma sete milhões de euros. Por fim, apelou ao respeito pelos funchalenses e pelos funcionários, sugerindo que se pergunte diretamente aos inquilinos se estão mais satisfeitos agora do que anteriormente. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Voto de Congratulação aos**

LG.  
①  


**trabalhadores da SocioHabitaFunchal pelos 20 anos da empresa – Apresentado pela Coligação Funchal Sempre à Frente**, sendo **aprovado por unanimidade** com trinta e seis votos a favor, sendo vinte e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, nove votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT, um voto da CDU e um voto do Deputado Municipal Joaquim José Batalha de Sousa, Independente.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Francisco Ilídio Rebolo de Castro, Lara Raquel Oliveira Pinto, Maria Idalina Fernandes da Silva, Manuel António M. M. de Sousa Filipe e Pedro José Jardim Gomes, da Coligação Funchal Sempre à Frente e Paulo Sérgio Freitas Sousa, do BE.-----

**- DECLARAÇÕES DE VOTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, na pessoa da Dra. Graça Correia, apresentou cumprimentos a todos os funcionários da Empresa Municipal SocioHabitaFunchal. Depois disse que frequentemente visita aquela instituição e que já discutiu por diversas vezes questões relacionadas com moradores de bairros que enfrentam dificuldades, mas que conseguem sempre encontrar soluções. Reforçou ainda que o objetivo comum deve ser trabalhar por um Funchal melhor, reconhecendo o esforço da SocioHabitaFunchal nesse sentido e que embora a cidade já esteja melhor, acredita que pode evoluir ainda mais nessa área.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, expressou o apoio ao Voto de Congratulação e ao trabalho desenvolvido pela SocioHabitaFunchal. No entanto, lamentou que aquele momento fosse utilizado para responder a intervenções anteriores, nomeadamente da Senhora Vereadora Helena Leal, no que diz respeito à habitação.-----

Relativamente ao parque habitacional da SocioHabitaFunchal e às obras realizadas, tanto

no interior como no exterior dos edifícios, sugeriu que a Senhora Vereadora visitasse o Bairro do Palheiro Ferreiro e que falasse diretamente com alguns inquilinos dos blocos mais afastados, para verificar as condições do saneamento, da rede de esgotos e a situação dos painéis que foram instalados, levantando assim dúvidas sobre a efetividade das intervenções realizadas.-----

#### -----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município de acordo com o disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que prescindiu da apresentação.-----

#### - INTERVENÇÕES:-----

--- O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do PS, manifestou satisfação com a asfaltagem da Avenida Santiago Menor, uma nova obra na sua freguesia, no entanto, destacou que a Rua Bela Santiago, especialmente na zona sul junto ao liceu, apresenta um asfalto degradado e deveria ser prioridade.-----

Mencionou também a Rua Pita da Silva, a norte do Clube do Bom Sucesso, onde o asfalto está igualmente a deteriorar-se, além disso, apontou a Rua da Casa Velha, a sul da Estrada da Boa Nova, como outra via que necessita de intervenção urgente, e apelou para que aquelas ruas sejam consideradas prioritárias dentro do plano de asfaltagem em curso na freguesia.-----

--- O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS, expressou o seu desagrado em relação à decisão da Câmara Municipal do Funchal de eliminar, ou pelo menos de pretender eliminar, as pinturas urbanas dos túneis da cidade. Criticou a medida, considerando que ela empobrece culturalmente a cidade e demonstra um desrespeito pela

arte e pelos artistas locais.-----

Depois comparou a situação com as grandes capitais europeias, como Madrid, Paris e Londres, onde as pinturas urbanas são amplamente aceites e fazem parte do quotidiano. Afirmou ainda que a Senhora Presidente da Câmara deve uma explicação à cidade e aos funchalenses, desmentindo a justificativa de que as pinturas poderiam distrair os condutores. Para ele, essa desculpa é infundada, já que outras distrações, como letreiros luminosos, painéis publicitários e cartazes de propaganda política, não são removidas. ---- Por fim, destacou que a cultura, ao contrário do que muitos pensam, não é uma despesa, mas um investimento que acaba por pagar-se a si próprio, reforçando a importância de valorizar a arte na cidade.-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** respondeu às intervenções do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e do Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues, abordando as questões de asfaltagem e arte urbana. -----

Em relação às obras de asfaltagem, esclareceu que a Câmara Municipal tem trabalhado de forma colaborativa com as Juntas de Freguesia, incluindo a de Santa Maria Maior, e que a listagem de estradas e intervenções foi discutida em várias reuniões. Destacou que as obras de maior relevância, como a da Avenida Santiago Menor e outras vias de primeiro nível, que são mais utilizadas por autocarros, têm prioridade. A lógica da intervenção é começar pelas vias mais importantes para depois avançar para as vias menores.-----

Em relação à questão das pinturas urbanas nos túneis, criticou a forma como a situação foi comunicada, considerando-a um "embuste". E explicou que a mudança nas luminárias dos túneis do Funchal foi parte de um projeto de eficiência energética, que visa reduzir o consumo de energia através de novas luminárias e da pintura das laterais do túnel com tinta refletora. A intervenção foi realizada por um dos maiores especialistas em iluminação pública do país, o Engenheiro Van Zeller, e defendeu que a Câmara falou com os artistas

sobre a remoção das pinturas nos túneis e ofereceu alternativas para a realização de arte urbana em outros locais, sendo essas alternativas aceites pelos artistas. -----

Por fim, refutou que a Câmara tem investido significativamente na cultura, incluindo projetos de murais em bairros sociais e considerou injusto acusar a autarquia de desrespeitar os artistas, dado o investimento contínuo em iniciativas culturais. -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, levantou várias questões sobre problemas de infraestrutura e serviços públicos, começando por mencionar o trajeto da Azinhaga da Levada do Cavalo e do Beco da Barraqueira, onde foi identificada uma situação problemática relacionada com a construção de um prédio. O prédio substituiu a saída do beco por degraus inclinados, o que dificulta a acessibilidade, além de não haver iluminação pública na área. Também questionou sobre a ligação do esgoto no beco, que não está claro para onde foi direccionado.-----

Em seguida, perguntou sobre a colocação de uma floreira na Rua Dr. Lemos Gomes, porque não entende a razão para essa intervenção. Também mencionou que não foi realizada a limpeza das sarjetas das águas pluviais na Rua do Cano.-----

Concluindo, destacou que os moradores ficaram satisfeitos com a melhoria no Miradouro da Achada, que foi calcetado, mas solicitaram que o banco que estava no local seja recolocado como parte da melhoria do espaço. -----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** respondeu que o local em questão não é propriamente o Beco da Barraqueira, mas uma passagem que existia sobre um terreno privado, onde foi licenciado um edifício. O promotor da obra criou uma alternativa de acesso e já foi contactada a Empresa de Eletricidade para instalar iluminação pública no local. No entanto, a solução definitiva para o arruamento está prevista para ser realizada futuramente. -----



--- O Senhor Deputado Municipal Manuel António Marques Madama de Sousa Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, da Coligação Funchal Sempre à Frente, respondeu à questão sobre a floreira, esclarecendo que a política da Freguesia de São Pedro tem sido de aumentar e valorizar os espaços verdes, e afirmou que a Junta está a apoiar todas as iniciativas que visem ampliar as áreas verdes e que estão disponíveis para melhorar e implementar mais soluções nesse sentido. -----

- INTERVENÇÕES:-----

--- A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS, criticou o atual executivo da Câmara Municipal do Funchal, apontando que o Município não conseguiu obter financiamento para a construção de habitação através do PRR, exceto pelo empreendimento da Nazaré, em São Martinho, que está em fase de conclusão, explicando que aquele projeto foi iniciado no mandato anterior e está a ser concluído agora. O PRR, segundo a mesma, foi uma oportunidade única de financiamento para a construção de habitação a quase 100% do seu valor, com o Governo da República e a União Europeia a disponibilizarem fundos significativos para esse fim. -----

Também referiu que, no caso da Nazaré, o projeto é financiado a 100%, com a parte do IVA sendo coberta pelo Programa 1.º Direito, e que existia um protocolo com o IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, para a construção de habitação em outros locais, como o Bairro da Ponte, Penha de França e Quinta das Freiras. Contudo, criticou o executivo atual por não ter apresentado candidaturas ao PRR dentro do prazo estabelecido, o que resultou na perda da oportunidade de obter financiamento para essas obras. -----

Enfatizou que, ao contrário do Funchal, há autarquias no País que, apesar de terem iniciado funções em dois mil e vinte e um, conseguiram candidatar-se ao PRR e vão ter habitação construída com financiamento a 100%. Como tal, o Funchal perdeu uma grande oportunidade de financiar a construção de mais casas, o que poderia ajudar a resolver a

crise habitacional e diminuir as listas de espera de famílias que aguardam por uma habitação. Lamentou ainda que o executivo não tenha avançado com a rapidez necessária, apesar dos alertas e da documentação que indicava a importância de avançar com as candidaturas. -----

Concluiu afirmando que o Funchal perdeu cerca de vinte e três milhões de euros em financiamento do PRR e que, caso o executivo tivesse agido de forma mais ágil e proposto novos projetos, o financiamento poderia ter sido até maior, o que teria um impacto significativo na crise habitacional da cidade.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, fez uma crítica contundente à Coligação Funchal Sempre à Frente, apontando que das cento e vinte promessas feitas no período eleitoral de dois mil e vinte e um, apenas dez foram cumpridas ou estão em andamento e algumas até estão a ser implementadas pelo Governo Regional, e não pela Câmara Municipal. Acusou a coligação de enganar os funchalenses, referindo que as promessas feitas, como teleconsultas gratuitas, parque de estacionamento na Praça do Município, requalificação do centro de Santo António, entre outras, não foram devidamente cumpridas ou sequer começaram a ser executadas.-----

Depois apontou exemplos específicos de promessas não cumpridas, como a criação de um circuito de padel e de manutenção física no Almirante Reis, mais transportes públicos, a criação de residências para a terceira idade, a rotunda à frente do D. João, a promessa de resposta em cinco dias úteis aos empresários e a análise de projetos em vinte dias, entre outras. Criticou também a falta de medidas concretas para combater o trânsito caótico, acusando a atual governação de entregar a gestão dos semáforos a uma empresa privada, que, na sua visão, será usada como bode expiatório pela falta de planeamento e organização do PSD.-----

Além disso, lamentou a deterioração da qualidade de vida no Funchal desde a eleição da



atual vereação, mencionando o aumento da insegurança, o tráfico de drogas visível nas ruas, o aumento do número de mendigos e sem-abrigo e o facto de a Polícia Municipal, que antes era rejeitada pelo PSD, agora ser vista como uma solução para a segurança pública. Logo, no atual cenário, os interesses pessoais e partidários parecem estar a sobrepor-se ao bem-estar da população, criticando a falta de ação efetiva da Câmara Municipal para melhorar a cidade. -----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** em resposta à intervenção da Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, defendeu a atual gestão, destacando que o legado deixado pela vereação anterior no que diz respeito à habitação foi praticamente inexistente. E lembrou que, para apresentar uma candidatura ao PRR, é necessário ter projetos e que a vereação anterior não fez nada em oito anos, exceto o projeto na Nazaré. Em relação a terrenos como o da Quinta das Freiras, explicou que o terreno estava inicialmente no nome do Governo Regional, sendo o atual executivo quem negociou e pagou por ele, colocando-o agora no nome do Município. -----

Também mencionou a situação dos fogos de São Pedro, que não estavam adquiridos pela Câmara quando assumiram a gestão da Câmara, tendo sido necessário fazer toda a documentação para a posse administrativa, pagamento e escrituras. Quanto aos projetos que a vereação anterior contabilizou, como os duzentos e dois fogos e vinte e oito milhões de euros, argumentou que esses projetos estavam desatualizados e baseados em um PDM de mil novecentos e noventa e sete, o que tornou esses planos e projetos inadequados à realidade atual. Devido a isso, novos planos tiveram que ser feitos, e que, por exemplo, a Penha de França, que inicialmente estava prevista para cinquenta e um fogos, passou a ter apenas trinta e um, uma vez que a capacidade construtiva foi reduzida devido ao PDM de dois mil e dezoito. -----

Também refutou as acusações de que o executivo atual havia deixado passar prazos,

explicando que, quando assumiram a gestão, não havia projetos nem terrenos prontos para candidatura ao PRR. No entanto, garantiu que, atualmente, tudo está pronto para começar e que, embora o PRR tenha um prazo até junho de dois mil e vinte e seis, a Câmara está a trabalhar para cumprir os prazos, com a ajuda de um novo programa de habitação que será criado pelo Governo da República, com prazos diferentes e uma taxa de cofinanciamento. Por fim, sublinhou que o que a vereação anterior deixou foi apenas um protocolo, sem contratos de financiamento firmados, e que o atual executivo fez os contratos necessários para garantir o financiamento. -----

Depois, questionou porque a vereação anterior não avançou durante os oito anos que esteve no poder e defendeu que, com o novo financiamento do Governo da República, a atual vereação está em condições de avançar com os projetos de habitação, mesmo que, como é natural, isso não se faça em seis meses. -----

**- PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:-----**

**--- O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente,** questionou diretamente o Senhor Vice-presidente, pedindo confirmação de que o PS, durante os oito anos em que esteve na Câmara Municipal do Funchal, construiu apenas sessenta e seis fogos habitacionais, o que resultaria em uma média de um fogo por ano para os funchalenses.-----

**--- O Senhor Vice-presidente da Câmara** confirmou os números apresentados, mas ressaltou que o mais preocupante é que, enquanto o atual executivo está a trabalhar em muitos projetos, não foi isso que receberam da gestão anterior. E destacou que, em dois mil e treze, a vereação da Mudança teve a oportunidade de realizar uma obra emblemática, o arranjo do Complexo Balnear do Lido, porque o trabalho que o PSD deixou na altura, foi crucial. Depois fez uma consideração sobre a importância de o trabalho a longo prazo, ser continuado independentemente do executivo em funções, para garantir que a Câmara



tenha projetos prontos para os próximos mandatos, em vez de se limitar a um ciclo de quatro anos.-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, questionou a aplicação dos valores provenientes da taxa municipal turística, especificamente o montante de um virgula nove milhões de euros, bem como a entrega de verbas no valor de cento e dois mil e duzentos mil euros, poderem beneficiar os funchalenses e não apenas o setor turístico.-----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** sobre a aplicação da taxa municipal turística, esclareceu que o valor arrecadado é utilizado de maneira estratégica. De um virgula nove milhões de euros arrecadados, 2,5% são destinados ao pagamento de quem cobra a taxa, enquanto o restante é aplicado em reforço de limpeza urbana e em eventos culturais. Além disso, mencionou o planeamento de asfaltagem, embora tenha destacado que os valores ainda são insuficientes para atender a todas as necessidades.-----

Em relação à segurança no Funchal, afirmou que a cidade é segura, com uma diminuição significativa no crime violento, como assaltos à mão armada, furtos e roubos e que em comparação com a média nacional, a cidade tem registrado uma redução superior nos crimes violentos. Também comentou sobre o aumento de crimes como as burlas informáticas na Região, que não são específicas da cidade.-----

Sobre as pessoas em situação de sem-abrigo disse que a Câmara tem trabalhado ativamente no apoio às mesmas, e que foram retiradas dez pessoas das ruas e construídas duas residências de acompanhamento permanente, assim como uma equipa multidisciplinar também tem atuado no terreno, realizando trabalho contínuo.-----

Depois falou sobre a situação da Empresa Municipal Frente MarFunchal, que estava em dificuldades financeiras, com dívidas acumuladas, incluindo a falta de pagamento de salários, sendo necessário a atual gestão camarária quando assumiu funções, pagar um

milhão de euros de imediato para regularizar a situação, tendo desde então, a empresa estabilizado, garantindo a segurança e os direitos dos trabalhadores. -----

Em termos de investimentos e projetos, mencionou que, em três anos, foram aprovados projetos no valor de vinte e cinco milhões de euros em Fundos Comunitários, enquanto que a gestão do executivo anterior, em oito anos, não conseguiu alcançar os resultados obtidos pela atual gestão em três anos. Dando como exemplo de uma gestão financeira menos eficiente do passado a capacidade de endividamento do Funchal, que estava em dezasseis milhões de euros em dois mil e vinte e um, enquanto que em dois mil e vinte e quatro aumentou para cinquenta e três milhões de euros. -----

**- INTERVENÇÕES:-----**

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, acusou o executivo de falta de competência e iniciativa e ressaltou que o Senhor Vice-presidente da Câmara, ao afirmar que não havia mais tempo para submeter projetos ao PRR, reconheceu que, apesar de já estarem no cargo desde outubro de dois mil e vinte e um, não foram capazes de desenvolver projetos para esse financiamento.-----

Depois criticou a justificativa do executivo de que "não foi deixado nada" pela gestão anterior, argumentando que já se passaram mais de três anos e que o atual executivo deveria ter agido proactivamente, independentemente do que foi ou não deixado e que a falta de novos projetos e a incapacidade de buscar alternativas de financiamento revelam uma clara falta de capacidade por parte do atual executivo, especialmente em relação ao PRR, que representava uma oportunidade única de financiamento para a construção de habitação a custo quase zero. -----

Também mencionou que, mesmo após alertas recebidos pela diretora de departamento em março de dois mil e vinte e três, o executivo não agiu para aproveitar o financiamento, refletindo mais uma vez a incompetência da gestão atual, que falhou em fazer uso do PRR,



ao contrário de outras autarquias que conseguiram submeter os seus projetos dentro dos prazos estabelecidos. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, expressou a sua preocupação sobre o andamento das promessas eleitorais feitas pelo atual executivo e questionou a efetividade das mesmas, destacando que muitas delas ainda estão longe de se concretizar, apesar do tempo que já passou desde as eleições. Também mencionou que, inicialmente, se afirmava que o programa seria para ser realizado em quatro anos, mas agora há declarações indicando que seria necessário um prazo de doze anos. Logo, essa discrepância gera inquietação, já que o final do mandato está se aproximando e muitas das promessas continuam no papel. Depois pediu garantias de que essas propostas serão cumpridas até o final do mandato, pois os cidadãos esperam resultados concretos e não justificativas. -----

Além disso, expressou também a preocupação em relação à construção de um bairro social com os fundos do PRR, criticando o facto de o Senhor Vice-presidente da Câmara afirmar que não será possível construí-lo dentro do prazo. Disse ainda que as pessoas não se importam com as divisões entre a gestão atual e a anterior, mas sim com a resolução dos problemas. -----

Por fim, fez uma comparação com o número de fogos habitacionais construídos durante os oito anos anteriores, perguntando quantos fogos foram feitos durante os quatro anos do atual executivo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre a segurança no Funchal, mencionando uma tentativa de assalto que teria ocorrido na cidade naquele momento. -----

Depois sobre a situação dos sem-abrigo, afirmou que existem cerca de cem pessoas naquela condição e apenas duas residências disponíveis para atendê-las, daí a sua

preocupação com os números apresentados, sugerindo que a oferta de acolhimento não está a atender adequadamente a quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade.-----

--- **O Senhor Vice-presidente da Câmara** ao responder à Senhora Deputada Municipal Andreia Caetano, criticou o debate como uma "conversa de surdos", sugerindo que, apesar das diferentes opiniões, está disposto a disponibilizar os processos para que a comunicação social possa fazer o escrutínio adequado. E mostrou-se confiante no trabalho realizado pela sua equipa, enfatizando a transparência e o compromisso com a política de habitação.-----

Depois ressaltou o investimento significativo realizado pela Câmara Municipal do Funchal em habitação, com um valor de cinco virgula dois milhões de euros destinados à recuperação de bairros sociais, como Ribeira Grande, Palheiro Ferreiro, Santo Amaro III, Santo Amaro IV, Viveiros III, Quinta Josefina e Pico dos Barcelos. Também destacou o trabalho em andamento para iniciar a recuperação das Lajinhas e mencionou o bairro das Romeiras, que ainda não foi possível recuperar devido ao custo elevado. -----

Além disso, mencionou o aumento do Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA), com mil famílias atualmente apoiadas, representando um valor de dois virgula quatro milhões de euros e afirmou que limitar a política de habitação a questões pontuais, sem considerar o esforço global realizado, é, no mínimo, uma atitude de má fé por parte da Senhora Deputada Andreia Caetano. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto dois - Proposta de Deliberação - Mapa de Desempenho Orçamental 2024, ao abrigo do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12/09**, que prescindiu da apresentação. -----

- **INTERVENÇÕES:**-----



--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, fez uma análise crítica ao desempenho orçamental da Câmara Municipal do Funchal em dois mil e vinte e quatro, destacando vários pontos problemáticos, especialmente em relação à gestão fiscal e execução de investimentos. Começando por apontar o aumento da receita fiscal, que atingiu cinquenta e dois virgula trinta e oito milhões de euros em dois mil e vinte e quatro, quase o dobro do valor arrecadado em dois mil e vinte e um e criticou o silêncio do PSD em relação a esse aumento, especialmente considerando que anteriormente o partido havia feito críticas quando a receita fiscal aumentou. Também destacou o aumento significativo nas despesas correntes, que aumentaram em mais de dez milhões de euros em comparação com dois mil e vinte e três. No entanto, a despesa de capital, que deveria refletir um aumento proporcional para investimentos duradouros, teve um crescimento muito modesto de apenas seiscentos mil euros. Assim, questionou a falta de priorização de investimentos e de projetos estruturantes, considerando que a despesa de capital permanece ao longo dos anos, enquanto a despesa corrente é consumida no mesmo período. -----

Criticou ainda a incapacidade do executivo em executar projetos municipais, afirmando que o saldo de gerência de vinte e um milhões de euros foi transferido para dois mil e vinte e cinco, sugerindo que essa prática está relacionada com as eleições. Também fez referência ao valor dos oito milhões de euros aplicados em produtos financeiros e questionou se o Tribunal de Contas já se pronunciou sobre essa situação. Além disso, reiterou que a carga fiscal continua a aumentar, sem que haja um reflexo positivo na cidade. -----

Em relação a investimentos, que embora tenha sido destinado uma grande verba para asfaltagens, essas obras estão a ser realizadas apenas no último ano do mandato, em vez de ao longo do período. Mencionou também que a Câmara não construiu novas casas, nem com orçamento próprio nem com financiamento e que não houve qualificação de espaços

públicos. Fez ainda questão de destacar que as novas centralidades e nós viários estão sendo realizados pelo Governo Regional e não pela Câmara Municipal.-----

Como tal, concluiu que se fosse possível "apagar" os três anos e meio de gestão do PSD, a diferença na cidade seria praticamente inexistente e até sugeriu que, na verdade, a cidade estaria melhor, pelo que no seu entender o Funchal de dois mil e vinte e cinco está pior do que o Funchal de dois mil e vinte e um.-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, defendeu a gestão do atual executivo municipal e criticou a atuação do PS - Partido Socialista quando esteve à frente da Câmara do Funchal e destacou que, no debate sobre o Mapa de Desempenho Orçamental, o PS não apresentou argumentos técnicos sólidos e que a sua argumentação política é fraca.-----

Ressaltou a diferença ideológica entre a direita e a esquerda, afirmando que a atual gestão está ao lado das empresas e da criação de empregos, enquanto o PS, durante o seu governo, impôs uma elevada carga fiscal às empresas do concelho, arrecadando seis milhões de euros em Derrama entre dois mil e dezoito e dois mil e vinte e um e desafiou os deputados municipais do PS a esclarecerem a sua posição sobre essa tributação, especialmente considerando as próximas eleições e a eventual candidatura de Miguel Silva Gouveia à Câmara do Funchal. -----

Depois defendeu a gestão da empresa municipal Frente MarFunchal, afirmando que, caso o PS estivesse no poder, os funcionários daquela empresa estariam em risco, e elogiou os trabalhadores e a administração da Frente MarFunchal, bem como a atual vereação, que, segundo o mesmo, impediu a implementação de propostas socialistas que poderiam levar a uma derrapagem financeira na Câmara. -----

Além disso, apontou que a taxa de execução do PS nos anos em que governou foi baixa (37% em dois mil e dezanove, 48% em dois mil e vinte e 46% em dois mil e vinte e um),



comparando com a atual taxa de execução, que considera superior. Também evidenciou a devolução de IRS aos funchalenses, afirmando que enquanto o PS devolveu doze virgula seis milhões de euros entre dois mil e catorze e dois mil e vinte e um, o atual executivo já devolveu vinte e três virgula seis milhões de euros. -----

Sobre a habitação, criticou a antiga Vereadora Madalena Nunes, atual Deputada Municipal pelo PS, dizendo que a sua estratégia habitacional não resultou na construção de novos fogos e mencionou que o PS prometeu habitação jovem em São Pedro, mas que não construiu nenhuma unidade. Além disso, lembrou um protocolo entre a Câmara e o Instituto de Turismo de Portugal, no valor de quase seis milhões de euros, que segundo o mesmo, não teve execução. -----

Depois abordou a regularização das casas de génese ilegal, acusando o PS de ter prometido soluções, mas não ter feito nada enquanto esteve no poder, destacando que a atual Câmara está a trabalhar com as Juntas de Freguesia para regularizar pequenas situações habitacionais. -----

Concluiu afirmando que a atual gestão municipal é composta por "homens e mulheres de ação", ao contrário do PS, que "fala, fala e não faz nada". -----

#### - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE**, dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal Gonçalo Pimenta, questionando se este se recorda de como votou os Orçamentos e Planos nos anos da Presidência do Dr. Paulo Cafôfo na Câmara Municipal do Funchal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, respondeu relembrando que, quando foi eleito em dois mil e treze, a única proposta aprovada pelo Partido Socialista e pelo executivo foi uma recomendação do grupo municipal do CDS, que ele liderava na altura. Segundo o mesmo,

essa proposta dizia respeito à devolução do IRS aos funchalenses, insinuando que, sem essa iniciativa do CDS, o PS não teria devolvido "nem um cêntimo" à população. -----

**- INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, salientou que estamos em anos extraordinários, mencionando a venda extraordinária de habitação e o aumento das receitas da Câmara, o que implica uma obrigação acrescida da autarquia em executar mais investimentos. -----

Sublinhou ainda que discutir orçamentos é importante, mas que os funchalenses precisam de ter uma noção clara da realidade. E afirmou que o Partido da Terra está presente para defender todos os cidadãos e que considera o orçamento atual executável, permitindo melhorias em estradas, habitação e apoio às empresas. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** esclareceu que os pontos dois e três da ordem de trabalhos são mapas obrigatórios exigidos por lei, apresentados anualmente em fevereiro. Sobre as críticas à execução orçamental de dois mil e vinte e quatro, alegou que nem sequer tem ainda as contas fechadas. Depois realçou que, desde dois mil e vinte e um, foram devolvidos cerca de vinte e quatro milhões de euros em IRS às famílias funchalenses, algo que não acontecia antes. Reforçou que a receita fiscal não equivale a um aumento da carga fiscal, mencionando a devolução total dos 5% do IRS e a eliminação da Derrama como medidas de apoio à população e empresas. Negou também que a transferência de saldo fosse uma manobra eleitoral, frisando que essa prática sempre ocorreu, exceto quando não havia orçamento aprovado. -----

Relativamente ao aumento da despesa corrente, justificou que grande parte desse valor se destina à contratação de pessoal essencial, como cantoneiros, bombeiros e fiscais, melhorando os serviços municipais, especialmente a limpeza urbana e criticou a gestão anterior por não ter contratado o número necessário de trabalhadores. -----

Também se dirigiu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, salientando que o atual executivo transferiu um milhão de euros para aquela freguesia entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e cinco, montante que não existia antes. -----

Por fim, defendeu a presunção de inocência, condenando ataques políticos baseados em investigações sem acusações formais, mencionando exemplos de figuras públicas para reforçar o argumento. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, do PS**, retorquiu que a afirmação da Senhora Presidente da Câmara sobre a transferência de um milhão de euros pode induzir em erro, já que esse valor corresponde ao total de verbas delegadas para limpeza e manutenção de ruas, caminhos e veredas e não especificamente para as escolas. Explicou que a freguesia tem cinco escolas e recebe apenas dez mil euros anuais para cada uma, frisando que esse montante é insuficiente face ao estado de degradação em que se encontravam. Ressaltou ainda que os fundos recebidos foram devidamente aplicados e fiscalizados pela Câmara. -

- **INTERPELAÇÃO À MESA:** -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, questionou a Mesa se haverá um período de discussão específico para o ponto três ou se a discussão será concluída juntamente com o ponto dois, conforme indicado anteriormente pela Senhora Presidente da Câmara. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** confirmou que haverá discussão específica para o ponto três. -----

--- Colocado à votação, pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, o **Ponto dois - Proposta de Deliberação - Mapa de Desempenho Orçamental 2024, ao abrigo do disposto na al. I) do nº 2 do art.º 25 da Lei 75/2013 de 12/09**, foi **aprovado por maioria** com vinte e quatro votos a favor da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda catorze

abstenções, sendo nove do PS, duas do BE, uma do PDR, uma do MPT e uma da CDU. - Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas e Jéssica José Ferreira Faria, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente.

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto três - Proposta de Deliberação - Orçamento Suplementar 2025 – Alteração Modificativa, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, que prescindiu da apresentação. -----

**- INTERVENÇÕES:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, afirmou que, apesar de aquele ser um documento exigido por lei, o Partido Socialista votará contra a sua aprovação. Justificou essa posição apontando a recorrente necessidade de alterações ao orçamento ao longo do ano, que considera revelar uma falta de planeamento ou mesmo uma desorçamentação intencional.-----

Salientou que, em dois mil e vinte e três, foram feitas quatro alterações ao orçamento aprovado e no ano anterior, seis, o que demonstra, na sua opinião, constantes manobras financeiras que comprometem a transparência e previsibilidade da gestão municipal. Chamou a atenção para o saldo de gerência de vinte e um milhões de euros, que considera excessivo, bem como para reforços orçamentais significativos que já deveriam de ter sido previstos, nomeadamente em matérias-primas, cujo orçamento inicial para dois mil e vinte e quatro foi de novecentos e dezassete mil euros, mas que teve de ser aumentado em mais oitocentos mil euros.-----

Sublinhou ainda que despesas com seminários, exposições e outros eventos sofreram um aumento superior a 100%, representando mais dois milhões de euros e questionou a razão para um aumento tão expressivo nos encargos com a cobrança de receita. Destacou



também um acréscimo de cinco milhões de euros em despesas com água, resíduos, limpeza e eletricidade, resultando num aumento total da despesa corrente de dezassete milhões de euros.-----

Assim, para o Partido Socialista aquela gestão orçamental levanta suspeitas de violação de normas de execução orçamental, uma vez que despesas previsíveis acabam por ser sub orçamentadas intencionalmente, obrigando à necessidade de sucessivas correções ao orçamento inicial.-----

Diante daquela situação, reafirmou que o Partido Socialista votará contra a proposta. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, comentou o novo orçamento suplementar para dois mil e vinte e cinco, destacando que visa incluir o Projeto de Investimentos Ambientais e Reflorestação do Parque Natural, algo que foi incorporado no orçamento aprovado anteriormente.-----

Além disso, sugeriu que seria importante considerar o alargamento do Beco da Madalena e a nova acessibilidade para o Sítio da Ribeira Lavadouro e Laranjal, propondo assim que esses projetos também fossem contemplados no próximo orçamento.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto três - Proposta de Deliberação - Orçamento Suplementar 2025 – Alteração Modificativa, ao abrigo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação e foi **aprovado por maioria** com vinte e dois votos a favor da Coligação Funchal Sempre à Frente. Mereceu ainda sete votos contra do PS e cinco abstenções, duas do BE, uma do PDR, uma do MPT e uma da CDU. Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Daniel Trindade Borges, Jéssica José Ferreira Faria e Lara Raquel Oliveira Pinto, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Alexia Maria Brazão Mendonça Diogo e Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente.-----

**- DECLARAÇÃO DE VOTO:-----**

--- **A Senhora Deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, declarou que o Partido Socialista votou contra o Orçamento Suplementar, apontando que a suborçamentação em mais de dezassete milhões de euros é inadmissível. Também destacou que os oito milhões de euros em aplicações financeiras continuam a ser um ponto de preocupação. Para o PS, isso pode configurar uma violação do princípio da estabilidade orçamental, o que poderia resultar em responsabilidade dos deputados municipais pelo crime de violação das normas de execução orçamental.-----

--- Sendo treze horas e três minutos os trabalhos foram interrompidos para o almoço. -----

--- Os trabalhos retomaram às catorze horas e quarenta e cinco minutos.-----

--- Na Mesa a Segunda Secretária, Luísa Isabel Henriques Gouveia, foi substituída pela Deputada Municipal, Fabíola Maria de Sousa Pereira, por não poder estar presente no período da tarde. -----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara**, que apresentou o **Ponto quatro - Proposta de Deliberação – Aprovação do Projeto Final do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, dizendo que aquele regulamento decorre de alterações legislativas que existiram na lei nacional e regional, e que visa atualizar o regulamento anterior, que já criava a Comissão Municipal de Proteção Civil como organismo de coordenação. -----

A grande mudança proposta é a criação do CCOM - Centro de Coordenação de Operações Municipais, um órgão técnico, em substituição da coordenação política realizada anteriormente pela Comissão Municipal de Proteção Civil. O CCOM será presidido pelo Coordenador Municipal de Proteção Civil e não por um político, com foco na coordenação operacional durante situações de emergência. A Comissão Municipal de Proteção Civil

continuará existindo para tratar das questões políticas e estratégicas. -----

Além disso, disse que o projeto inclui a futura criação de uma Central Municipal de Operações de Socorro, que substituirá as duas atuais centrais de comunicação dos corpos de bombeiros do Funchal (Voluntários Madeirenses e Sapadores do Funchal), e que aquela alteração segue as novas exigências legislativas e visa uma maior eficiência na resposta a emergências. -----

--- Não havendo intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto quatro - Proposta de Deliberação – Aprovação do Projeto Final do Regulamento Municipal de Proteção Civil do Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, à votação e foi **aprovado por unanimidade** com trinta e três votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, sete votos do PS, um voto do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Catarina Isabel Nuna Mendes e Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** para apresentar o **Ponto cinco - Eleição de um Representante das Juntas de Freguesia, ao abrigo do disposto na al. i) do art.º 41º da Lei 27/2006, de 03/07**, o qual manifestou que se trata da eleição de um Representante das Juntas de Freguesia na Comissão de Proteção Civil, conforme estipulado pela Lei 27/2006, e que a mesma não é competência da Câmara, mas sim das Juntas de Freguesia, que devem se candidatar espontaneamente. A Câmara, por sua vez, está a trabalhar na criação de unidades locais

de proteção civil nas Juntas de Freguesia, tendo recebido o interesse de duas Juntas de Freguesias para essa iniciativa: Imaculado Coração de Maria e São Gonçalo. O processo segue com essas duas freguesias, enquanto outras ainda não manifestaram interesse.----

**- INTERVENÇÃO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira Marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, informou que o candidato para a representação das Juntas de Freguesia na Comissão de Proteção Civil será o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, Senhor Pedro Araújo, e que aquele será o nome colocado à votação. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à votação em urna, sendo eleito **Pedro Manuel Nóbrega dos Santos Freitas Araújo, Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, com trinta e um votos a favor, dois votos contra e um branco. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou ao **Ponto seis - Proposta de Deliberação - Plano de Ação do Instrumento Territorial Integrado da Área Urbana Funcional do Funchal (ITI FNC)**, a celebrar entre a CMF e o IDR, IP\_RAM, ao abrigo do disposto na al. k) do nº 2 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, que não sendo apresentado nem debatido, foi colocado à votação e mereceu **aprovação por maioria** com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR e um voto do MPT. Mereceu



ainda um voto contra da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à **Senhora Vereadora Ana Fernanda Osío Bracamonte**, que apresentou o **Ponto sete - Proposta de Deliberação - Autorização da Abertura de um Procedimento por Concurso Público Limitado por Prévia Qualificação para Concessão de Exploração de Espaço Comercial Destinado a Estabelecimento de Restauração e Bebidas, ao abrigo do disposto nas als. i) e p) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, dizendo tratar-se da autorização para abertura de um concurso público limitado por prévia qualificação para a concessão de exploração de um espaço comercial destinado a restauração e bebidas. A proposta segue o modelo das últimas concessões e inclui critérios materiais, financeiros e de experiência, sendo o valor base do concurso de dois mil oitocentos e cinquenta euros e que o atual contrato de concessão termina em maio. Aquela concessão não é vista apenas como atribuição de um direito privado, mas também como uma fonte de receita para a Câmara e uma forma de dinamizar o tecido empresarial da cidade.-----

- **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal **José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, perguntou sobre onde é que era a concessão de exploração do espaço comercial -----

--- A **Senhora Vereadora Ana Fernanda Osío Bracamonte** respondeu que é no teleférico.

--- Colocado à votação pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, o **Ponto sete - Proposta de Deliberação - Autorização da Abertura de um Procedimento por Concurso Público**

**Limitado por Prévia Qualificação para Concessão de Exploração de Espaço Comercial Destinado a Estabelecimento de Restauração e Bebidas, ao abrigo do disposto nas als. i) e p) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, mereceu a **aprovação por maioria** com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e dois da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE e um voto do PDR. Mereceu ainda duas abstenções, uma do MPT e uma da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS e Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** que apresentou o **Ponto oito - Proposta de Deliberação – Aprovação do Projeto Final de “Regulamento de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos e Atividades Ruidosas do Município do Funchal”**, ao abrigo do **disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, dizendo que aquele regulamento visa conciliar a atividade económica com o direito ao descanso dos cidadãos, e que após uma análise aprofundada de regulamentos a nível nacional e considerando as necessidades do Município, foi desenvolvido um regulamento com quatro zonas específicas no Funchal: o concelho em geral, o núcleo histórico, Santa Maria e a Rua das Fontes, propondo o mesmo a redução de horários dependendo da localização e tipo de atividade. Depois esclareceu que a principal alteração em relação ao regulamento anterior é a introdução de mecanismos de fiscalização mais eficazes, permitindo à autarquia agir de forma mais proativa em casos de abuso, como excesso de ruído ou ocupação indevida de via pública. Acrescentou que também foram introduzidas medidas cautelares, como a possibilidade de reduzir horários, suspender atividades ou até encerrar estabelecimentos



que não cumpram as regras e que o objetivo é garantir um equilíbrio entre o desenvolvimento económico e o bem-estar dos cidadãos, especialmente no que se refere à qualidade de vida e ao sossego nas zonas mais afetadas pelo ruído.-----

Disse ainda que o regulamento foi desenvolvido a partir de cento e trinta e três participações, a maioria das quais focada no problema do ruído e contou com uma ampla participação de 92% de particulares. -----

Concluindo, disse que o novo regulamento visa, portanto, um maior controle e eficácia na fiscalização, promovendo um ambiente mais equilibrado para os habitantes e as atividades comerciais da cidade. -----

- **INTERVENÇÕES:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, expressou que o Partido da Terra sempre defendeu o cuidado com o sono das pessoas e destacou que o regulamento vai ao encontro dessa preocupação. Porém, levantou uma questão sobre a fiscalização do ruído, questionando quem realmente a fará de forma eficaz, uma vez que medir o som e avaliar o nível de ruído requer técnicos especializados. Observou ainda que o regulamento não é específico nessa parte crucial e mencionou que a autarquia não possui técnicos especializados para realizar esse tipo de levantamento. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS**, reconheceu a importância de regulamentar a questão do ruído, mas expressou que a proposta apresentada carece de maior participação dos setores afetados, de estudos técnicos que sustentem as medidas e de garantias de fiscalização equitativa. Também observou que o impacto económico e social sobre os estabelecimentos de restauração, comércio e vida noturna não foi devidamente ponderado, o que pode prejudicar a dinâmica económica e turística da cidade. -----

Afirmou ainda que um regulamento dessa natureza deveria oferecer soluções equilibradas,

conciliando o direito ao descanso com a necessidade de manter um setor de lazer ativo. Por entender que a proposta não assegura esse equilíbrio, o Partido Socialista optará pela abstenção, como forma de demonstrar prudência e exigir uma solução mais justa e eficaz. Além disso, solicitou informações sobre o mapa de ruído municipal, as áreas conforme os níveis de ruído em decibéis, destacando que é cada vez mais essencial avaliar e gerir a poluição sonora na cidade. -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

**--- O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente,** dirigiu-se à Senhora Deputada Municipal Tânia Caetano questionando sobre a posição do Partido Socialista em relação à regulação do ruído na cidade. E lembrou que a Freguesia de Santa Maria Maior, da qual a mesma é titular de um órgão autárquico local, inclui a zona velha do Funchal, uma área onde os moradores têm se queixado do desregulamento do ruído. -----

Com isso, expressou a sua dúvida, afirmando que após a intervenção da Senhora Deputada, não ficou claro sobre qual a proposta do PS para regular o ruído na cidade, questionando qual seria a solução do Partido Socialista para essa questão específica. -----

**--- A Senhora Deputada Municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS,** respondeu destacando que a função da Assembleia Municipal é fiscalizar o executivo municipal, e afirmou que não compreende a intenção de alguns Deputados Municipais ao pedir esclarecimentos aos partidos da oposição, como foi o seu caso, sugerindo que tal atitude poderia demonstrar insatisfação. -----

Em relação à questão do ruído, reforçou que, na sua intervenção, enfatizou a necessidade de equilíbrio entre as preocupações dos moradores da zona velha de Santa Maria Maior e a dinâmica da cidade, destacando que o Partido Socialista se absterá de votar devido à busca de uma solução mais equilibrada e considerou que isso já havia sido claramente



expresso na sua intervenção anterior. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** manifestou que na Assembleia Municipal todos os Deputados têm direito à palavra e à resposta, e enfatizou que a Mesa não deve interferir ou cortar a palavra dos membros da Assembleia, sendo a sua função apenas garantir a ordem, mas não limitar as intervenções ou os pensamentos dos Deputados. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** respondeu às críticas e às questões, defendendo o trabalho do seu executivo na revisão do Regulamento de Horários de Funcionamento, e destacou que a consulta pública sobre aquele regulamento foi bem divulgada e que todas as reuniões solicitadas foram atendidas. Fez ainda questão de ressaltar que os moradores da zona velha da cidade, especialmente da zona histórica, elogiaram a coragem do executivo por finalmente tomar ações que há muito tempo eram solicitadas por eles, e criticou a abstenção do Partido Socialista, afirmando que, ao se absterem, não estão com os moradores nem com os empresários. -----

Também lembrou que, em fevereiro de dois mil e vinte e três, a Confiança havia proposto a revisão do regulamento, o que foi uma iniciativa reconhecida, mas que o executivo agiu com coragem e agora tem um regulamento em vigor, já com medidas de fiscalização e sanções previstas. -----

Em relação à fiscalização, esclareceu que a autarquia investirá em sonómetros para controlar os níveis de ruído, com a instalação dos dispositivos previstos e terá um investimento de mil e oitocentos euros para apoiar os empresários para a instalação dos sonómetros. Também informou que a Câmara está a contratar fiscais credenciados (além dos que já existem), para realizar a fiscalização de acordo com o regulamento e esses terão que passar por exames para se qualificarem. -----

Abordou ainda a questão do controle do som, afirmando que o uso indevido dos selos de controle de decibéis será considerado crime público, e garantiu que o regulamento não será

ignorado e que a autarquia não fará dele uma simples formalidade. Logo, o executivo irá aplicar sanções sempre que necessário, destacando que não haverá contemplação com infratores e que o foco está em garantir o cumprimento da lei e ações rigorosas contra quem violar as normas estabelecidas. Enfatizou ainda que, ao contrário do que foi sugerido, não será um regulamento que ficará engavetado, mas sim uma lei que será aplicada rigorosamente, com sanções para quem violar as normas. -----

Concluindo destacou que, embora a Confiança se abstenha, aquele executivo tem coragem para tomar decisões e que o regulamento entrará em vigor com todos os mecanismos de fiscalização e medidas sancionatórias para garantir o cumprimento das normas, buscando o equilíbrio entre a atividade económica e o direito ao descanso dos cidadãos. -----

**- INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, esclareceu que, quando fez a sua questão, ainda não se sabia quem seriam os fiscais nem se eles já tinham recebido a formação necessária para atuar de maneira eficaz. Em relação à medição do som, mencionou que o processo estava claro no que diz respeito aos selos de conformidade e afirmou que as medidas previstas no regulamento estão corretas. Também disse que, apesar da sua preocupação inicial, o MPT vai apoiar as duas medidas apresentadas no regulamento, mas com um acompanhamento cuidadoso do processo.-----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS**, questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre a menção de crime público, perguntando quem determina se há incumprimento e qual a base legal para considerar uma infração como crime público. Porque, no seu entendimento, a Câmara Municipal não tem competência para criar leis. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** respondeu que, embora seja jurista, não possui a



experiência de magistrados, procuradores ou juízes, mas que, no entanto, aprendeu na faculdade que as categorias de crime público, semipúblico e particular são definidas no Código Penal e no Código de Processo Penal e afirmou que a definição de crimes e a responsabilização penal cabe ao Ministério Público e ao Judiciário.-----

Contudo, se necessário, a Câmara Municipal irá diligenciar no Ministério Público caso ocorram infrações que configurem crime de desobediência ou outras transgressões legais. Reforçou ainda que a função de investigar e julgar não é competência da Câmara Municipal, mas que a autarquia não abdica de tomar as medidas necessárias para garantir o cumprimento da lei e, caso se verifique a violação, atuar conforme a legislação em vigor. -

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, começou por destacar a coragem da Senhora Presidente da Câmara, reconhecendo o seu trabalho na criação do regulamento de ruído, especialmente por ter avançado com essa decisão em um ano eleitoral, o que poderia ser impopular e elogiou a coragem em tomar uma decisão que, embora difícil e impopular, era necessária. -----

Depois apontou a dificuldade em conciliar os interesses dos moradores que desejam que os estabelecimentos fechem mais cedo, com os empresários que preferem horários mais tardios. Nesse contexto, afirmou que o papel mediador da Câmara Municipal do Funchal é essencial para equilibrar essas vontades aparentemente inconciliáveis. Também salientou que a cidade recebe centenas de queixas relacionadas com o ruído todos os anos, o que reforça a necessidade daquele regulamento.-----

Expressou ainda, a sua preocupação e frustração com o silêncio do Partido Socialista perante o problema do ruído na cidade, principalmente na Freguesia de Santa Maria Maior, que inclui a zona velha e criticou a postura da Senhora Deputada Municipal Tânia Caetano, dizendo que a mesma tratou de forma desrespeitosa as preocupações dos moradores da

sua própria freguesia, ao afirmar que o processo de regulamentação foi pouco participado. Por outro lado, defendeu que a participação foi significativa, destacando as mais de cento e trinta participações no processo, incluindo Juntas de Freguesia, Polícia de Segurança Pública e outras entidades. -----

Concluindo salientou que a proposta do Partido Socialista foi inadequada e insuficiente, limitando-se a uma proposta de deliberação de duas folhas A4, sem apresentar soluções concretas para o problema do ruído e afirmou que a Coligação Funchal Sempre à Frente foi quem ouviu as pessoas e respondeu aos seus problemas, enquanto o Partido Socialista, apesar de anos no poder, não conseguiu apresentar uma solução efetiva. Reforçou ainda que a solução para o problema do ruído foi finalmente encontrada e implementada pela atual gestão da Câmara, que ouviu os cidadãos e tomou as medidas necessárias para proporcionar qualidade de vida e descanso aos funchalenses. -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

**--- O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS,** iniciou a sua intervenção com uma crítica ao Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, dizendo que se existisse um concurso de demagogia, aquele seria o vencedor, acusando-o de fazer uma apologia vazia sobre a resolução do problema do ruído na cidade. -----

Em seguida, lembrou que até dois mil e treze a Câmara do Funchal foi governada pelo PSD e questionou porque é que o problema do ruído na zona velha da cidade, que já se arrasta desde o início da democracia, nunca foi resolvido anteriormente. -----

**--- O Senhor Deputado Municipal João Paulo Pereira marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente** dirigiu-se ao Senhor Deputado Municipal Juvenal Rodrigues destacando que, após a sua intervenção, não conseguiu identificar uma pergunta concreta, e expressou uma dúvida profunda, sugerindo que, apesar da crítica, provavelmente votaria favoravelmente ao regulamento. Assim, desafiou-o a quebrar as ordens da liderança do seu



partido e se juntar à Coligação Funchal Sempre à Frente, votando a favor da proposta. Também sugeriu que convencesse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior a fazer o mesmo, porque seria fundamental para o dia-a-dia das pessoas. ----

**- INTERVENÇÃO:-----**

--- **A Senhora Deputada Municipal Tânia Sofia Andrade Gonçalves Caetano, do PS,** respondeu às críticas do Senhor Deputado Municipal João Paulo Marques, esclarecendo que o regulamento não se aplica apenas à zona velha da cidade, como foi sugerido. E lembrou que, ao analisar a documentação, também estavam presentes testemunhos a favor de bares noturnos, tanto da zona velha quanto de outras áreas. -----

**- PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:-----**

--- **O Senhor Deputado Municipal Egídio Paulo Caires Fernandes, do BE,** levantou uma questão sobre os critérios utilizados para a diferenciação das zonas no regulamento de horários de funcionamento. Porque, durante as intervenções dos munícipes inscritos, ficou a sensação de que poderia haver uma espécie de “fato à medida”. Daí a sua preocupação sobre se a implementação do regulamento foi feita de forma equilibrada e justa, ou se houve favorecimento ou tratamento desigual para alguns empresários. -----

--- **O Senhor Vereador João José Nascimento Rodrigues** esclareceu que no desenvolvimento do regulamento de horários de funcionamento, foi considerado um conjunto de informações obtidas ao longo dos anos, incluindo dados provenientes de entidades públicas, como a Polícia de Segurança Pública (PSP).-----

Segundo o mesmo, foi verificado que algumas zonas realmente exigiam uma diferenciação no horário, sendo que a zona de Santa Maria e a zona da Rua das Fontes foram identificadas como áreas que precisavam de um tratamento distinto. Além disso, foi mencionada a existência de uma zona de transição de horário entre o núcleo de Santa Maria e o núcleo da Rua das Fontes, sendo que mais adiante, nas áreas das discotecas, o

horário deveria ser diferente, de acordo com as características do local. O resto do regulamento está dentro do núcleo histórico sem grandes diferenciações de horário. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou o **Ponto oito - Proposta de Deliberação – Aprovação do Projeto Final de “Regulamento de Horários de Funcionamento de Estabelecimentos e Atividades Ruidosas do Município do Funchal”**, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09, e foi aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, dois votos do BE, um voto do PDR, e um voto do MPT. Mereceu ainda nove abstenções, oito do PS e uma da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. -----

- **DECLARAÇÃO DE VOTO:**-----

--- **A Senhora deputada Municipal Andreia Drumond Caetano, do PS**, explicou a posição do seu partido sobre o regulamento de horários de funcionamento ao afirmar que o Partido Socialista se abstém da proposta, por considerar que não havia necessidade de criar toda a celeuma em torno do regulamento e argumentou que a aplicação generalizada de certos horários a todos os estabelecimentos da cidade não era a abordagem mais adequada, uma vez que a Câmara já tinha conhecimento das zonas problemáticas, como a zona velha, que já era identificada no regulamento anterior, assim como outras áreas que ao longo dos anos podem ter se tornado mais problemáticas. -----

Realçou ainda que, no seu entender, a Câmara generalizou a restrição a todo o concelho, mas, num artigo do regulamento, permite que essa restrição seja afastada, permitindo que



os horários de funcionamento sejam alargados. Assim, o PS considera que o regulamento deveria de ter uma abordagem contrária: em vez de permitir que os empresários solicitassem o alargamento dos horários, a Câmara deveria restringir os horários apenas nas zonas problemáticas e não criar uma regra geral para todos.-----

Por fim lembrou que, de acordo com o Decreto-Lei de 2015, vigora o princípio da liberdade de funcionamento, o que reforça a posição do Partido Socialista, de que as restrições deveriam ser uma exceção e não uma regra geral.-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** passou para o **Ponto nove - Proposta de Deliberação - Aprovação do Projeto Final de Regulamento do Prémio Literário Cidade do Funchal, Edmundo Bettencourt, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que não foi apresentado. -----

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Alexandrina Liliana Marinho Alves, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, fez uma intervenção destacando a importância do incentivo à produção cultural por parte das autarquias, e mencionou o Prémio Literário Edmundo Bettencourt, atribuído pelo Município do Funchal desde mil novecentos e noventa e seis, como uma homenagem ao poeta e cantor Edmundo Bettencourt, nascido no Funchal no final do século XIX e reconhecido nacionalmente no mundo cultural. Aquele prémio tem o objetivo de promover a produção de obras originais em língua portuguesa, incentivar o gosto pela elaboração de textos literários e prestar reconhecimento público ao seu patrono. Também explicou que o projeto de regulamento do prémio foi submetido a consulta pública de acordo com o Código do Procedimento Administrativo (artigos 100º e 101º), e após a conclusão dos estudos preparatórios, o projeto final de regulamento foi finalizado e acompanhado de uma nota justificativa. Depois a Câmara Municipal do Funchal, conforme as suas competências, propôs a aprovação do projeto final do Regulamento do Prémio

Literário Cidade do Funchal, submetendo-o à apreciação e aprovação pela Assembleia Municipal. -----

--- Colocado à votação, pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, o **Ponto nove - Proposta de Deliberação - Aprovação do Projeto Final de Regulamento do Prémio Literário Cidade do Funchal, Edmundo Bettencourt, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, mereceu a **aprovação por unanimidade** com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. -----

--- O **Senhor Presidente da Assembleia** anunciou que foi entregue à Mesa uma **Proposta de Alteração ao Regulamento de Funcionamento da Biblioteca Municipal do Funchal – Inclusão do Cartão do Múncipe do Funchal – Apresentada pelo MPT**, que se traslada: “Nos termos do Regimento da Assembleia Municipal do Funchal, venho, por este meio, propor a seguinte alteração ao Regulamento de Funcionamento da Biblioteca Municipal do Funchal, com vista à inclusão do Cartão do Múncipe do Funchal como meio de identificação e acesso aos serviços disponibilizados pela referida Biblioteca. -----

#### **Proposta de Alteração** -----

#### **Artigo 10.º** -----

#### **Cartão de Leitor (Nova Redação)**-----

1. O acesso à Biblioteca Municipal do Funchal exige a inscrição do utilizador e a emissão de um Cartão de Leitor, emitido pela BMF, sem prazo de validade, o cartão



2. de leitor é gratuito, pessoal e intransmissível. -----
3. Os munícipes detentores do **Cartão do Município do Funchal** poderão utilizá-lo como substituto do Cartão de Leitor, beneficiando automaticamente das condições de acesso e usufruto dos serviços da Biblioteca.-----
4. Em caso de perda, extravio ou dano, o utilizador pode solicitar a emissão de uma 2.<sup>a</sup> via do Cartão de Leitor. -----
5. O desrespeito pelo utilizador, do presente Regulamento ou das normas legais em vigor, constitui fundamento para a BMF suspender, temporária ou definitivamente, o uso do Cartão de Leitor ou **Cartão do Município do Funchal na BMF**. -----

#### **Fundamentação** -----

Nos termos do **Regimento da Assembleia Municipal do Funchal**, a presente proposta cumpre os seguintes requisitos: -----

- **Competência:** A Assembleia Municipal detém competência para deliberar sobre a aprovação de regulamentos municipais com eficácia externa (artigo 30.º, n.º 4, alínea g)). -----
- **Apresentação e Tramitação:** A proposta deve ser apresentada **por escrito e** integrada na Ordem do Dia de uma sessão ordinária ou extraordinária, conforme estabelecido nos artigos 41.º e 35.º do Regimento. -----
- **Votação e Publicação:** Após aprovação em plenário, a deliberação deve ser **publicada oficialmente** para produzir efeitos legais (artigo 59.º)". -----

#### **- INTERVENÇÃO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal **João Paulo Pereira marques, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, expressou o seu agradecimento e apreço pela vontade do Senhor Deputado Municipal Valter Rodrigues em contribuir para o melhoramento do regulamento. E salientou que, embora a sua Coligação seja muitas vezes vista como um "bicho-papão",

sempre que as propostas são válidas e acrescentam valor ao documento original apresentado pela Câmara, a Coligação estará disposta a apoiá-las.-----

Por fim, afirmou que a Coligação Funchal Sempre à Frente dará o seu voto favorável à proposta de alteração do regulamento. -----

--- Colocada à votação, pelo **Senhor Presidente da Assembleia**, a **Proposta de Alteração ao Regulamento de Funcionamento da Biblioteca Municipal do Funchal – Inclusão do Cartão do Múncipe do Funchal – Apresentada pelo MPT**, mereceu a **aprovação por unanimidade** com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente.-----

--- Passando ao **Ponto dez - Proposta de Deliberação – Aprovação do Projeto Final do Regulamento de Funcionamento da Biblioteca Municipal do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que não foi apresentado nem debatido, o Senhor Presidente da Assembleia colocou-o à votação e foi **aprovado por unanimidade** com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, oito votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU.-----

**Com a seguinte alteração, apresentada pelo MPT:** -----

Artigo 10.º -----

1. O acesso à Biblioteca Municipal do Funchal exige a inscrição do utilizador e a emissão



de um Cartão de Leitor, emitido pela BMF, sem prazo de validade, o cartão de leitor é gratuito, pessoal e intransmissível. -----

2. Os munícipes detentores do Cartão do Múncipe do Funchal poderão utilizá-lo como substituto do Cartão de Leitor, beneficiando automaticamente das condições de acesso e usufruto dos serviços da Biblioteca. -----

3. Em caso de perda, extravio ou dano, o utilizador pode solicitar a emissão de uma 2.ª via do Cartão de Leitor. -----

4. O desrespeito pelo utilizador, do presente Regulamento ou das normas legais em vigor, constitui fundamento para a BMF suspender, temporária ou definitivamente, o uso do Cartão do Leitor ou Cartão do Múncipe do Funchal na BMF. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** transitou para o **Ponto onze - Proposta de Deliberação – Aprovação do Projeto Final do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Fiscais à Aquisição de Habitação e à Reabilitação Urbana por Jovens no Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que não foi apresentado. -----

**- INTERVENÇÕES:** -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Valter Freitas Rodrigues, do MPT**, considerou que aquele é um regulamento de grande importância tanto para o Funchal, quanto para os jovens. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte, da**

**Coligação Funchal Sempre à Frente**, afirmou que o Funchal foi pioneiro em adotar estratégias e políticas para fixar população na cidade, e clarificou que aquele regulamento atribui benefícios fiscais à aquisição de habitação e à reabilitação urbana por jovens, como uma medida que contribui para um regime mais favorável ao acesso à habitação condigna, tendo cerca de duzentos munícipes já usufruído desses benefícios, o que comprova a eficácia dessa política. Sublinhou ainda que o Funchal está harmonizando as suas políticas com o Governo Nacional, permitindo isenções de IMI e IMT para aqueles com trinta e oito anos ou menos, alinhando-se com a medida nacional que isenta até aos trinta e cinco anos. Depois concluiu afirmando que enquanto outros prometem sem concretizar, o Funchal cumpre e muda vidas e espera que essa alteração, que teve unanimidade na reunião de Câmara, também tenha unanimidade naquela Assembleia Municipal. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto onze - Proposta de Deliberação – Aprovação do Projeto Final do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Fiscais à Aquisição de Habitação e à Reabilitação Urbana por Jovens no Município do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, que mereceu a **aprovação por unanimidade** com trinta e três votos a favor, sendo vinte e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, sete votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia, Manuel António M. M. de Sousa Filipe e Pedro José Jardim Gomes, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Alexia Maria Brazão Mendonça Diogo e Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. -

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara** que apresentou o **Ponto doze - Proposta de Deliberação – Projeto do**



**Regulamento do Cartão do Múncipe do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, destacando que aquele projeto não estava comprometido e que foi uma iniciativa que foi aprovada com financiamento a 100% através do PRR. Tem como objetivo criar um cartão único para o múnícipe do Funchal, que centraliza vários cartões atualmente em uso, como o Cartão +55, o Cartão Família Numerosa e o Cartão da Biblioteca Municipal. O mesmo poderá ser físico ou desmaterializado, podendo também ter acesso via telemóvel, além disso, o regulamento prevê pontos de fidelidade para compras feitas pelos munícipes, que podem ser trocados por serviços municipais como descontos em parques de estacionamento, ingressos para o Teatro Municipal Baltazar Dias ou serviços da Empresa Municipal Frente MarFunchal. -----

Um dos pontos mais inovadores do regulamento é o programa +75, destinado aos munícipes com mais de setenta e cinco anos, especialmente aqueles que enfrentam problemas de solidão e mobilidade, pois aquele programa oferecerá um subsídio mensal de vinte euros para mobilidade social dessas pessoas. -----

Além disso, o projeto inclui a instalação de contadores inteligentes no Mercado dos Lavradores para monitorizar o fluxo de visitantes e outras melhorias tecnológicas, como fibra ótica e melhoria do Wi-Fi e o arranjo de passeios na Rua Fernão de Ornelas. -----

Por fim, enfatizou que aquele projeto é um exemplo do trabalho realizado pela vereação para garantir a implementação de iniciativas digitais e sociais, com vinte e cinco milhões de euros já garantidos e que deverão ser completados até o final do mandato. -----

--- **A Senhora Presidente da Câmara** dirigindo-se ao Senhor Deputado Municipal José Manuel Sebastião, fez-lhe uma sugestão de atualização no caderno de promessas eleitorais, mencionando que a promessa relacionada com o Projeto do Regulamento do Cartão do Múncipe do Funchal não foi atualizada, mas, em contrapartida, está cumprida.

- **INTERVENÇÃO:**-----

--- O Senhor Deputado Municipal Fábio Dinarte Fernandes Costa Bastos, da **Coligação Funchal Sempre à Frente**, expressou a satisfação do seu Grupo Municipal em relação à implementação do Cartão do Múncipe do Funchal, o qual inclui tanto uma versão digital como uma física e destacou-o como uma iniciativa inovadora promovida pela Câmara Municipal em colaboração com a ACIF. O mesmo visa facilitar o dia a dia dos munícipes, oferecendo uma ferramenta multifuncional que integra vários serviços municipais, incluindo pagamentos, descontos em diversos serviços, como no Teatro Municipal Baltazar Dias, e acesso privilegiado aos serviços da Empresa Municipal Frente MarFunchal. -----

Além disso, o cartão também se alinha com a estratégia do Bairro Comercial Digital, fortalecendo a economia local e promovendo a digitalização do comércio no Funchal. A medida ainda inclui uma vertente social, com o voucher +75, que destina vinte euros mensais para apoiar a mobilidade de idosos, evidenciando o compromisso da Câmara com as populações mais vulneráveis. -----

Concluiu sublinhando que aquela implementação reflete a visão estratégica do executivo, promovendo a modernização e inclusão e considera o Cartão do Múncipe como um importante passo para a evolução da cidade, consolidando o compromisso da autarquia com os munícipes e o futuro do Funchal. -----

--- Colocou à votação, pelo Senhor Presidente da Assembleia, o **Ponto doze - Proposta de Deliberação – Projeto do Regulamento do Cartão do Múncipe do Funchal, ao abrigo do disposto na al. g) do nº 1 do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12/09**, foi **aprovado por unanimidade** com trinta e três votos a favor, sendo vinte e um votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, sete votos do PS, dois votos do BE, um voto do PDR, um voto do MPT e um voto da CDU. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas , Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia,

Manuel António M. M. de Sousa Filipe e Pedro José Jardim Gomes, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Alexia Maria Brazão Mendonça Diogo e Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. -

--- **O Senhor Presidente da Assembleia**, por não ter sido apresentado nem debatido o **Ponto treze - Proposta de Deliberação – Designação dos Júris de Recrutamento para Cargos de Direção Intermédia de 2º Grau, ao abrigo do disposto no nº 1 do art.º 13º da Lei 49/2012, de 29/08**, colocou-o à votação e foi **aprovado por maioria** com vinte e seis votos a favor, sendo vinte e dois votos da Coligação Funchal Sempre à Frente, dois votos do BE, um voto do PDR e um voto da CDU. Mereceu ainda sete abstenções, seis do PS e uma do MPT. -----

Não estiveram presentes nesta votação os seguintes Deputados Municipais: Carla Patrícia Aleixo Baptista de Freitas, Jéssica José Ferreira Faria, Luísa Isabel Henriques Gouveia e Manuel António M. M. de Sousa Filipe, da Coligação Funchal Sempre à Frente, Alexia Maria Brazão Mendonça Diogo, Andreia Drumond Caetano e Manuel Pedro Calaça Vieira, do PS, Paulo Sérgio Freitas Sousa do BE e Joaquim José Batalha de Sousa, Independente. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Senhora Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Dra. Ana Nunes**, para apresentar o **Ponto catorze - Relatório Anual de Atividades referente ao ano 2024, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, ao abrigo do disposto no nº 2 do art.º 32º da Lei nº 147/99 de 1/09**, que começou por destacar o trabalho essencial desenvolvido para a promoção dos direitos das crianças e jovens e a proteção contra situações de perigo, em que a missão da CPCJ abrange desde os zero até os vinte e um anos, podendo prolongar-se até aos vinte e cinco anos para jovens que estejam a concluir os seus estudos. Assim o relatório dividiu o trabalho da CPCJ em duas modalidades: modalidade alargada, que visa a promoção e proteção das crianças na comunidade e a modalidade restrita, que

lida diretamente com situações de risco com o acompanhamento direto das famílias. Em dois mil e vinte e quatro a CPCJ teve um aumento significativo no número de casos sinalizados, destacando que essa elevação pode ser encarada de forma positiva, indicando uma maior sensibilização para denunciar situações de risco. No total, foram abertos trezentos e vinte novos processos e reabertos setenta e nove, com um aumento de sinalizações, sendo a PSP a entidade que mais contribuiu com duzentas e setenta e oito sinalizações, seguida por escolas e denúncias anónimas. -----

também detalhou as principais tipologias de perigo que afetaram as crianças e jovens, como abuso sexual, comportamentos de risco, mau trato físico e psicológico, negligência, e violência doméstica. -----

Além disso, a CPCJ aplicou diversas medidas cautelares e definitivas para apoio às famílias e crianças, com destaque para os cento e cinco casos de apoio junto aos pais e os sete casos de acolhimento residencial. -----

Uma das grandes iniciativas de dois mil e vinte e quatro foi o esforço para levar a CPCJ às escolas, com a Campanha do Laço Azul e a Convenção dos Direitos da Criança, com o objetivo de desmistificar a ideia de que a CPCJ apenas retira as crianças das famílias. A missão da comissão é, antes de mais, trabalhar com as famílias para encontrar soluções antes de recorrer ao acolhimento. -----

A Dra. Ana Nunes finalizou, agradecendo o apoio da Câmara Municipal do Funchal e das Juntas de Freguesia, além de salientar a importância da colaboração com a comunidade para o sucesso das suas atividades. -----

--- Por esta ocasião a Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, foi substituída na Mesa, pela Senhora deputada Municipal Vera Joana Vasconcelos Gonçalves Duarte. -----

**- INTERVENÇÕES:** -----



--- **A Senhora Deputada Municipal Fabíola Maria de Sousa Pereira, da Coligação Funchal Sempre à Frente**, iniciou a sua intervenção agradecendo à Dra. Ana Nunes pela sua presença e pela apresentação do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Depois destacou a evolução constante da sociedade, tanto no âmbito social quanto tecnológico e económico, que tem gerado novos desafios, como o cyberbullying, comportamentos aditivos (como o consumo excessivo de droga, álcool e até o jogo) e violência doméstica. Logo, nesse contexto, a prevenção torna-se essencial para garantir o crescimento saudável das crianças e jovens. -----

Salientou que no Município do Funchal, existem cerca de vinte e três mil setecentas e setenta e duas crianças e jovens com idades entre os zero e os vinte e quatro anos e que 94,6% deles estão matriculados em sessenta e nove estabelecimentos de ensino no concelho do Funchal. Assim, a colaboração com as escolas, tanto no apoio aos jovens como no acompanhamento dos colaboradores, é fundamental para o trabalho da CPCJ e a sua articulação na promoção e proteção dos direitos dos menores. -----

Fez questão ainda de reconhecer o esforço contínuo da CPCJ, especialmente na promoção dos direitos das crianças e jovens, através de ações de sensibilização e participação em grupos de trabalho, evidenciando o crescimento da colaboração de diferentes entidades visando a prevenção e a sensibilização, especialmente dentro da comunidade escolar, para garantir um ambiente familiar e escolar saudável. -----

Também fez referência ao Relatório de Atividades de 2024, que revela o grande esforço da comissão, com um acompanhamento de seiscentas e trinta e sete crianças e jovens, especialmente nos grupos etários de onze a catorze anos e de quinze a dezassete anos. Destacou ainda as principais atividades realizadas, como a campanha de prevenção aos maus-tratos na infância no mês de abril, e a celebração da Convenção sobre os Direitos das Crianças e Jovens a vinte de novembro. -----

Por fim, expressou a intenção de expandir o número de ações de sensibilização e iniciativas, visando aumentar a perceção pública sobre o trabalho da CPCJ e, ao mesmo tempo, fomentar a integração e a não discriminação dos jovens na sociedade e enfatizou que o trabalho da CPCJ, muitas vezes desconhecido, é essencial para garantir a proteção e o bem-estar das crianças e jovens do Funchal. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Manuel Domingos Sebastião, do PS**, começou por agradecer à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) pelo excelente trabalho desenvolvido, dirigindo um reconhecimento especial à Dra. Ana Nunes, e manifestou preocupação com o aumento do número de casos registados no Relatório de Atividades de 2024 em comparação com o do ano anterior. Considerou aquela evolução problemática, ainda que tenha reconhecido o empenho da CPCJ em monitorizar e intervir.

--- **A Senhora Vereadora Helena Maria Pereira Leal** começou por agradecer à Dra. Ana Nunes e à CPCJ do Funchal pelo trabalho que têm desenvolvido, não só ao nível da intervenção direta, mas também na prevenção e na parceria com o Município do Funchal. Salientou que a autarquia entende que deve fazer parte da solução, colaborando ativamente com a CPCJ. -----

Destacou ainda que o Município do Funchal está a desenvolver a Estratégia Local dos Direitos das Crianças, que será brevemente apresentada, que está alinhada com a UNICEF e que segue um conjunto de diretrizes que permitirão ao Funchal obter o galardão de Cidade Amiga das Crianças. -----

Depois reforçou o compromisso da autarquia em colaborar com a CPCJ, dentro das suas competências e limites de ação, através de programas transversais que abrangem diversas estruturas municipais, como Escolas do primeiro ciclo, Divisão da Juventude e Complexos Habitacionais Municipais, tendo os mesmos como objetivo sensibilizar e informar sobre os direitos das crianças, bem como criar fatores de proteção contra riscos que possam surgir.

Finalizou agradecendo, em nome do Executivo Municipal, o trabalho conjunto e a complementaridade na parceria com a CPCJ do Funchal. -----

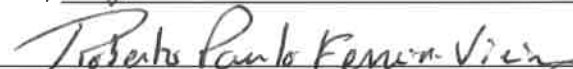
--- **O Senhor Presidente da Assembleia** expressou o seu agradecimento pelo trabalho da CPCJ, reconhecendo a importância da sua atuação na proteção das crianças e jovens. ---  
Salientou que todas as crianças merecem ser protegidas e reforçou a ideia de que é responsabilidade de toda a sociedade acolhê-las e proporcionar-lhes um ambiente seguro e saudável para o seu crescimento. -----

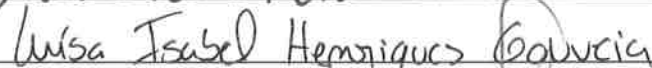
--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezassete horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, 

--- O Primeiro Secretário, 

--- A Segunda Secretária, 

--- Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, Assistente Técnica, 